

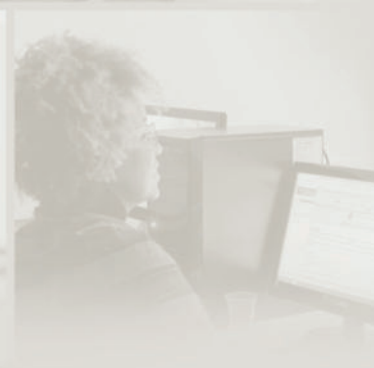


RELATÓRIO DE
GESTÃO

QUADRIÊNIO 2019 • 2022



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



RELATÓRIO DE
GESTÃO
QUADRIÊNIO 2019 • 2022

Defensor Público-Geral do Estado
Rodrigo Baptista Pacheco

Subdefensor Público-Geral de Gestão
Marcelo Leão Alves

Subdefensora Pública-Geral Institucional
Paloma Araújo Lamego

Chefe de Gabinete
Carolina Crespo Anastácio

Corregedora-Geral
Katia Varela

Produção Editorial
Diretoria de Comunicação
Coordenação
Débora Diniz

Textos
**Débora Diniz, Giselle Souza, Clara Araújo,
Valéria Rodrigues, Jéssica Leal e Jaqueline Banai**

Edição
Giselle Souza

Revisão
Julia Duque Estrada

Projeto gráfico
Claudete Quaresma

Fotos
Acervo da Diretoria de Comunicação

EQUIPE GESTÃO

2019 • 2022

Marcelo Leão Alves

1º Subdefensor Público-Geral;
Subdefensor Público-Geral de Gestão

Paloma Araujo Lamego

2ª Subdefensora Pública-Geral;
Subdefensora Pública-Geral Institucional;
Coordenadora do Concurso para a Classe Inicial da Defensoria Pública

Carolina de Souza Crespo Anastácio

Chefe de Gabinete; Coordenadora-Geral de Programas Institucionais

Nilton Manoel Honório

Corregedor-Geral

Katia Varela Mello

Corregedora-Geral

Lincoln Cesar de Queiroz Lameiras

Subcorregedor-Geral

Franklyn Roger Alves Silva

Assessor da Corregedoria-Geral;
Subcorregedor-Geral

Simone Maria Soares Mendes

Subcorregedora-Geral

Mariana da Rocha Viegas

Assessora da Corregedoria-Geral

Andrea Issa Avila Vieiralves Martins

Assessora da Corregedoria-Geral

Alessandra Pinto Fernandes

Assessora da Corregedoria-Geral

Fabiana do Amaral Cardinot

Assessora da Corregedoria-Geral

Jucyane de Castro Borba Santos

Assessora da Corregedoria-Geral

Sonia Maria Arruda Gonçalves Nunes

Assessora da Corregedoria-Geral

Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo

Secretário da Tecnologia da Informação e Comunicação; Subcoordenador do Concurso

Marlon Vinícius de Souza Barcellos

Secretário da Tecnologia da Informação e Comunicação

Leandro Santiago Moretti

Secretário de Gestão de Pessoas; Coordenador-Geral do Estágio e da Residência Jurídica

Viviane Aló Drummond Pereira da Cunha

Secretária de Logística; Subcoordenadora do Concurso para a Classe Inicial da Defensoria Pública

Luciene Torres

Coordenadora-Geral do Interior e da Baixada Fluminense; Secretária de Engenharia

Júlia Chaves Figueiredo

Secretária de Orçamento e Finanças;
Subcoordenadora do Concurso para a Classe Inicial da Defensoria Pública

Elisa Costa Cruz

Assessora para Assuntos Institucionais

Marina Lowenkron de Martino Tostes

Assessora para Assuntos Institucionais;
Encarregada de Proteção de Dados

Júlia Vieira Mainier de Oliveira

Assessora para Assuntos Institucionais

Francisco Messias Neto

Assessor Parlamentar

Maria Carmen de Sá

Assessora Parlamentar

Cristiana Mello de Medeiros Vargas

Coordenadora de Movimentação

Isabela Monteiro Menezes

Coordenadora de Movimentação

Andreia Helena Conde Falcão

Assessora da Coordenadoria de Movimentação

Patrícia de Souza Figueiredo

Assessora da Coordenadoria de Movimentação

Denise Firemand Oliveira

Assessora da Coordenadoria de Movimentação

Luís Henrique Linhares Zouein

Assessor da Coordenadoria de Movimentação

José Augusto Garcia de Sousa

Diretor-Geral do Cejur

Adriana Silva de Britto

Diretora de Capacitação do Cejur

Pedro Daniel Strozenberg

Ouvidor-Geral

Guilherme Pimentel

Ouvidor-Geral

Karina Gonçalves Jasmim

Subouvidora-Geral

Gabriela Varsano Cherem

Coordenadora da Central de Relacionamento com o Cidadão

Cíntia Regina Guedes

Coordenadora Cível

Patricia Cardoso Maciel Tavares

Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor; Coordenadora Cível

Luciana Telles da Cunha

Subcoordenadora Civil

Beatriz Cunha

Subcoordenadora Civil; Encarregada de Proteção de Dados

Maurício de Andrade Travassos Neto

Subcoordenador Civil

Emanuel Queiroz Rangel

Coordenador de Defesa Criminal

Lúcia Helena Silva de Barros de Oliveira

Coordenadora de Defesa Criminal

Ricardo André de Souza

Subcoordenador de Defesa Criminal

Isabel de Oliveira Schprejer

Subcoordenadora de Defesa Criminal

Mariangela Benedetto Giusti

Coordenadora das Câmaras Criminais

Raquel Antonio Ramos

Coordenadora-Geral do Interior e da Baixada Fluminense

José Paulo Tavares de Moraes Sarmento

Coordenador das Câmaras Cíveis

Thaís Guerreiro Souza

Coordenadora de Saúde e Tutela Coletiva

Alessandra Nascimento Rocha Glória

Subcoordenadora de Saúde e Tutela Coletiva

Paula Andressa Fernandes Benette

Assessora Jurídica do Defensor Público-Geral

Rodrigo Martins Azambuja

Coordenador da Infância e Juventude

Vanessa Silveira Gaio do Nascimento

Coordenadora Regional da Capital

Lívia Miranda Müller Drumond Casseres

Coordenadora da Promoção da Equidade Racial

Flavia Brasil Barbosa do Nascimento

Coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher

Maria Matilde Alonso Ciorciari

Subcoordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher



Apresentação

Encerrados os dois mandatos à frente da Defensoria Pública-Geral do Estado do Rio de Janeiro, tenho o dever de iniciar a apresentação do relatório da gestão com agradecimentos, invertendo, de certa forma, o padrão de ressaltar inicialmente as conquistas do período.

E não há como deixar de agradecer à equipe leal, dedicada, diversa, porém coesa, que me acompanhou diariamente nas vitórias, nas derrotas, nos momentos decisivos de tomada de decisão, nas críticas e nos contrapontos fundamentais para o gestor não se isolar. Como já falei publicamente, levarei todas e todos no coração, pois nos momentos mais difíceis, nas maiores crises, sempre estiveram ao lado na busca da Defensoria Pública que sonhamos.

Agradeço às(aos) defensoras(es) públicas(os) que me permitiram o privilégio de ser o Defensor Público-Geral do Estado, que entregam um serviço de extrema qualidade à população, que fomentam o debate democrático interno e que deram o maior exemplo de compromisso público que já presenciei ao se engajarem na manutenção do funcionamento da instituição durante da pandemia da Covid-19.

Também sou muito grato às(aos) servidoras(es), residentes, estagiárias(os) e terceirizadas(os), que integram a Defensoria Pública e são fundamentais para o seu funcionamento. Uma das nossas metas, desde 1º janeiro de 2019, foi dar visibilidade a essas categorias vulneráveis, fortalecendo-as e valorizando-as, sempre na busca de acabar com o fosso que muitas vezes as separam das(os) defensoras(es) públicas(os).

Quanto à gestão, posso afirmar que foram os anos mais estimulantes, desafiadores e duros, sob todos os aspectos, que encarei na minha vida.

Tínhamos certeza do projeto de Defensoria Pública que gostaríamos de implementar: consolidar a autonomia; melhorar a governança; ampliar o superávit do FUNDEPRJ e o orçamento repassado do Tesouro a fim de criar mecanismo de proteção nas costumeiras crises financeiras do Estado do Rio de Janeiro; radicalizar a transparência; investir em tecnologia; equacionar a baixa remuneração dos(as) servidores(as); ampliar a residência; aproximar a Instituição das favelas e dos grupos vulneráveis; assumir o protagonismo da agenda dos Direitos Humanos; enfrentar a chaga do racismo estrutural, inclusive interno.

Contudo, fomos, eu diria, atropelados por quatro grandes crises nesse período: a maior crise sanitária da história da humanidade; crise política com o inédito impeachment de um governador no Estado do Rio de Janeiro; a imposição de um duríssimo Regime de Recuperação Fiscal com apenas 60 dias para discussão; uma crise tecnológica no sistema de processo eletrônico com graves consequências para todos(as) os(as) integrantes da instituição.

Atravessar essas quatro crises, bem descritas no relatório de gestão, somente foi possível com uma equipe resiliente e leal; com o exercício ao extremo do diálogo; com a capacidade de construção de alianças institucionais e, sobretudo, com a disposição para atender todos os integrantes da Instituição.

Toda gestão comete equívocos e a nossa não foi diferente. O decorrer do tempo possibilita enxergar, com distanciamento e serenidade, alguns deles. Já que comecei o texto agradecendo, finalizo pedindo desculpas pelos erros, destacando, contudo, que nunca faltaram trabalho e vontade de acertar.

Muito obrigado.

Rodrigo Pacheco

Defensor Público-Geral Gestão 2019/2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

QUADRIÊNIO 2019-2022

capítulo #01 • **DESAFIOS**

Direito à Saúde	16
Plano de Retomada	17
Atenção redobrada ao regime de recuperação fiscal	18

capítulo #02 • **FORTALECIMENTO**

Leis de Iniciativa Própria	22
Atuação Interinstitucional	23
Debate PPA 2020-2023	24
Crescimento Orçamentário da Defensoria e Superávit do Fundperj	25

capítulo #03 • **REESTRUTURAÇÃO**

Nova Estrutura Organizacional	28
Tutela Coletiva ganha reforço com novos núcleos	29
Atenção à Proteção de Dados	30
Sustentabilidade vira pauta	31
Medidas levam à economia	32
Defensoria assume compromisso antirracista	32
Investimento em inovação	34
Avanços no Interior e na Baixada Fluminense	34

capítulo #04 • **VALORIZAÇÃO FUNCIONAL**

Concursos e Posses	38
Avanços na carreira	39
Quadro de apoio	40
Estágio e Residência Jurídica	41
Reconhecimento às Pessoas que construíram a Defensoria	41

capítulo #05 • DEFENSORIA MAIS CAPACITADA

Centro de Estudos Jurídicos (Cejur)	44
Biblioteca	48
Educação em Direitos	48
Residência Jurídica	48
Parceria com o RH	49

capítulo #06 • TRANSPARÊNCIA

Uma Defensoria Pública mais transparente	52
Diário Oficial	52
Boletim da Transparência	53
Verde em dados	53
Agenda pública	55
Portal da transparência	55

capítulo #07 • ATUAÇÃO

Litigância Estratégica: Papel das pesquisas nas Postulações na DPRJ	58
Grandes Casos	60
Ouvidoria Externa	62
Atuação Estratégica por meio das Coordenações e seus Núcleos	63

capítulo #08 • DEFENSORIA MAIS PRÓXIMA DA POPULAÇÃO

Central de relacionamento com o cidadão	68
Aplicativo Defensoria RJ	70
Ouvidoria	71
Programas Institucionais foca em educação em direitos	71
Comunicação	72



Criação de
110 polos
de atendimento remotos

para atender a
população durante
a pandemia

Criação de
5 novos
Núcleos de
Tutela Coletiva

somando 8 para
atender todo o
Rio de Janeiro

Defensoria embarca na pauta
socioambiental com o programa



PRESERVE

O Programa de Sustentabilidade da DPRJ

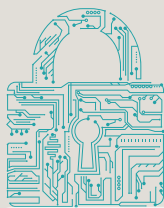
Restrição aos descartáveis
reduziu em

200 kg lixo plástico

115 mil copos

deixaram de ser usados

Economia de **5 mil reais**
em um ano



LGPD é implantada na Defensoria
com lançamento do site

protecaodedados.rj.def.br

DESTA



COOPERA | DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenação de Promoção
da Equidade Racial

Defensoria se engaja na luta antirracista
com a criação da **Coordenadoria
de Promoção da Equidade Racial
(Coopera)**, vencedora do “Lideranças
Públicas Negras”, em 2021

Sistema de cotas é implementado
XVII Concurso para Ingresso na
Carreira Inicial

23 cotistas aprovados

19 negros/indígenas

1 pessoa com deficiência

3 hipossuficientes economicamente

Cursos e eventos do Cejur beneficiaram

7.288

integrantes da Defensoria Pública

84.274

pessoas em geral

Lançamento do **DO Online** traz **economia de R\$ 800 mil** com publicações de atos oficiais



VERDE
em dados

conta com **26 painéis**, um deles para monitorar a **violência estatal**

Boletins da **Transparência**

28 edições

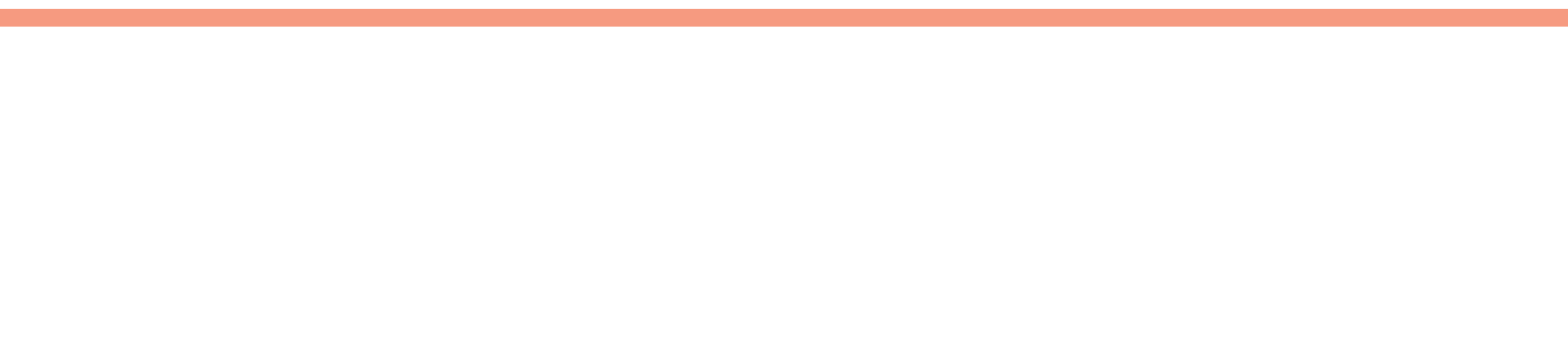
em quatro anos



BOLETINS

Pesquisas da DPRJ contribuem na garantia do acesso à justiça. Os estudos revelaram:

- **Reconhecimento fotográfico** tem levado à **prisão de inocentes**
- **Mais de 900 relatos** apontam **agressões no ato da prisão**
- **Uma em cada quatro mulheres** são mantidas presas embora possam **responder em liberdade ou prisão domiciliar**



capítulo #01

DESAFIOS



capítulo #01

DESAFIOS



Qualquer gestão, seja de uma instituição privada ou pública, de pequeno ou grande porte, tem inúmeros desafios para enfrentar. Muitos podem parecer insolúveis ao primeiro olhar. Entretanto, nenhum deles é capaz de gerar tamanha preocupação quanto aqueles decorrentes de uma circunstância até então hipotética como uma pandemia. E isso em meio a um cenário econômico convalescente com o Estado do Rio de Janeiro em recuperação fiscal.

Esta administração se viu surpreendida no início de 2020 – segundo ano de seu primeiro mandato – com as notícias de que um novo vírus surgido na China começava a se espalhar mundo afora. Cidades de todos os países decretaram, de uma hora para a outra, medidas

de isolamento social para tentar conter a disseminação da Covid-19 e o conseqüente colapso do sistema de saúde advindo do aumento do número de pessoas infectadas.

Setores econômicos inteiros pararam suas atividades, e a vida social foi submetida a uma inesperada e longa pausa. Apenas serviços essenciais permaneceram, ainda assim com atenção às restritivas recomendações sanitárias de combate à nova doença.

No Rio de Janeiro, a quarentena foi decretada em meados de março de 2020, com grande impacto na atuação da Defensoria Pública. Centenas de atendimentos presenciais pré-agendados tiveram de ser suspensos. Uma grande incerteza

se instalou nos quadros da instituição acerca da prestação de um serviço que se revelava ainda mais essencial naquele momento, justamente por promover a defesa dos direitos fundamentais da população, sobretudo a mais vulnerável, que já se encontrava em difícil situação em razão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Para manter com regularidade o atendimento à população, a Administração Superior organizou e instalou 110 Polos de Atendimento Remoto (PARs) e cinco Polos de Plantão Diurno Remoto (PPDRs). Esses novos órgãos entraram em funcionamento imediatamente após a decisão das autoridades de instaurar a quarentena no Estado. A orientação e assistência jurídica foram prontamente prestados por meio do telefone, WhatsApp e e-mail. O serviço começou no dia 23 de março e, em apenas três meses, já havia registrado mais de 221 mil atendimentos.

O atendimento presencial foi mantido no primeiro momento da pandemia, porém, para as pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, sem recursos tecnológicos para o contato a distância e para os casos de urgência que não podiam aguardar a modalidade remota.

A fim de orientar a população sobre como buscar os serviços da DPRJ nesta fase, a instituição lançou o site <https://coronavirus.rj.def.br>, com os e-mails e números de WhatsApp e telefones do atendimento remoto. No portal, também eram prestadas informações atualizadas sobre atuação da Defensoria Pública, nas esferas judiciais e administrativas, para assegurar os direitos fundamentais durante a pandemia.





Nesse sentido, é importante destacar a atuação dos núcleos especializados da DPRJ na garantia de direitos, principalmente os coletivos. Exemplo disso foram as publicações lançadas:

- **Coronavírus e o Direito da Pessoa Presa**, produzida pelo Núcleo do Sistema Penitenciário (Nuspen) para esclarecer dúvidas em relação às pessoas privadas de liberdade durante a pandemia;
- **Direito do Consumidor Durante a Pandemia de Coronavírus**, criada pelo Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) para orientar a sociedade sobre o impacto do avanço da Covid-19 nos contratos com as empresas;
- **Coronavírus e o Direito ao Luto**, elaborada pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (Nudedh) e pela Coordenação de Saúde (Cosau) para informar às famílias enlutadas sobre seus direitos diante das mudanças nos protocolos dos funerais decretadas pelas autoridades sanitárias para conter a disseminação do vírus.

DIREITO À SAÚDE

Outra atuação importante ocorreu no plantão judiciário para garantir o direito à saúde. Nos três primeiros meses da pandemia, a média era de quase 100 atendimentos por dia, mui-

tos para garantir vagas em leitos nos hospitais públicos e particulares. Ao longo de 2020, 79% dos pacientes atendidos pela DPRJ conseguiram a transferência hospitalar por meio da atuação da instituição no plantão judiciário.

Destaca-se também o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Saúde e Tutela Coletiva para garantir à população fluminense insumos médicos e leitos em hospitais da rede pública. A atuação envolveu a apresentação de recomendações aos governos estadual e municipais, além da propositura de ações judiciais coletivas e individuais para assegurar o tratamento aos pacientes.

Ressalta-se ainda a atuação para assegurar os direitos dos consumidores diante do cancelamento em série de serviços diversos, a exemplo das passagens aéreas e aulas em cursos ou escolas de ensino regular.

Dentre os principais temas de ações civis públicas movidas pela Defensoria Pública durante a fase mais aguda da pandemia, destacam-se a elaboração e implementação de Plano Municipal de Contingência de Enfrentamento ao Coronavírus, as medidas de isolamento social – incluindo fechamento do comércio, o desbloqueio de leitos dos hospitais de campanha, as ações para garantir a merenda escolar aos estudantes que tiveram as aulas suspen-

sas e a cobrança por maior transparência dos entes públicos quanto ao enfrentamento do coronavírus.

Também foram notórias as ações, no âmbito legislativo e judicial, a fim de se evitar a suspensão de serviços essenciais na pandemia, como a telefonia em caso de eventual inadimplimento. Houve ainda as medidas a fim de impedir despejos e operações policiais nas comunidades do Rio durante a pandemia.

PLANO DE RETOMADA

Em paralelo a toda essa atuação, a Administração Superior instalou o Comitê Gestor de Crise para acompanhar o cenário epidemiológico e estudar o retorno das atividades presenciais na instituição.

Foi então elaborado o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, que observava uma série de critérios, como a necessária atenção aos grupos de risco da Covid-19, as recomendações para se evitar aglomerações e a implantação de rodízios para o retorno escalonado das equipes.

O planejamento foi apresentado em um webinar no canal da Defensoria Pública no Youtube, no dia 22 de junho de 2020. Depois disso, foi submetido a constantes revisões, determinantes para o recuo ou avanço das medidas previstas.

Desta forma, o retorno das atividades presenciais nas sedes da instituição ocorreu em observância ao cenário epidemiológico e ao avanço da vacinação, a partir das seguintes etapas:

Fase 1

Presença de 25% dos(as) integrantes a cada dia, enquanto os(as) demais continuavam exercendo atividades a distância.

Fase 1 Mitigada

Com as mesmas regras da fase anterior mais o atendimento presencial às pessoas agendadas pelo órgão de atuação ou pela Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC).

Fase 2

Retorno de metade das equipes e coexistência do atendimento remoto e presencial pré-agendado.

Fase 3

Com 75% das equipes trabalhando presencialmente e permanência do atendimento remoto e presencial pré-agendado.

Fase 4

Comparecimento de todo o quadro da instituição ao trabalho presencial, sem escala, e atendimento ao público em geral.



O Plano de Retomada previu também protocolos para o atendimento seguro e sem aglomerações. Um manual de conduta e procedimentos foi criado e divulgado aos integrantes da Defensoria Pública por meio de uma campanha interna de comunicação. As sedes da instituição foram sinalizadas para melhor orientar as pessoas agendadas para o atendimento presencial.

Os espaços destinados ao público e ao trabalho das equipes também foram adaptados para evitar aglomerações e a consequente disseminação da Covid-19. Dentre as diversas medidas adotadas, destacam-se: :

- a instalação de barreiras de acrílico nos balcões e mesas destinadas ao atendimento.
- a compra de mais de 61 mil máscaras de tecido e 6 mil face shields para os integrantes da instituição.

- a aquisição de mais de 20 mil máscaras descartáveis para serem distribuídas às pessoas usuárias que não portassem o acessório, já que seu uso nas sedes era obrigatório.

- a instalação de 1.180 dispenser de álcool em gel nas unidades da DPRJ;

- a reorganização do mobiliário para garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas.

- a aquisição de termômetros infravermelho para aferição da temperatura na entrada das sedes.

Foi uma fase difícil, mas que a instituição conseguiu superar a partir do planejamento estratégico para manter-se em conformidade com sua missão de prestar orientação e assistência jurídica de forma integral e gratuita à população mais vulnerável.



ATENÇÃO REDOBRADA AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Em 2021, ainda no auge da crise sanitária, tiveram início as tratativas do Governo do Estado com a União para renovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – o que veio a ocorrer em junho do ano seguinte.

A Defensoria Pública se fez presente durante todo o debate dos projetos propostos pelo Poder Executivo estadual para esta nova adesão. Participou, inclusive, do Conselho Consultivo da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Econômico-Financeiro do Regime de Recuperação Fiscal (COMISARRF) e apresentou notas técnicas e pareceres sobre o impacto das medidas então sugeridas.

O Estado do Rio de Janeiro aderiu ao RRF em 2017, ainda pelas regras da Lei Complementar 156. Contudo, essa norma ganhou diretrizes ainda mais austeras com a aprovação, em janeiro de 2021, da Lei Complementar 178.

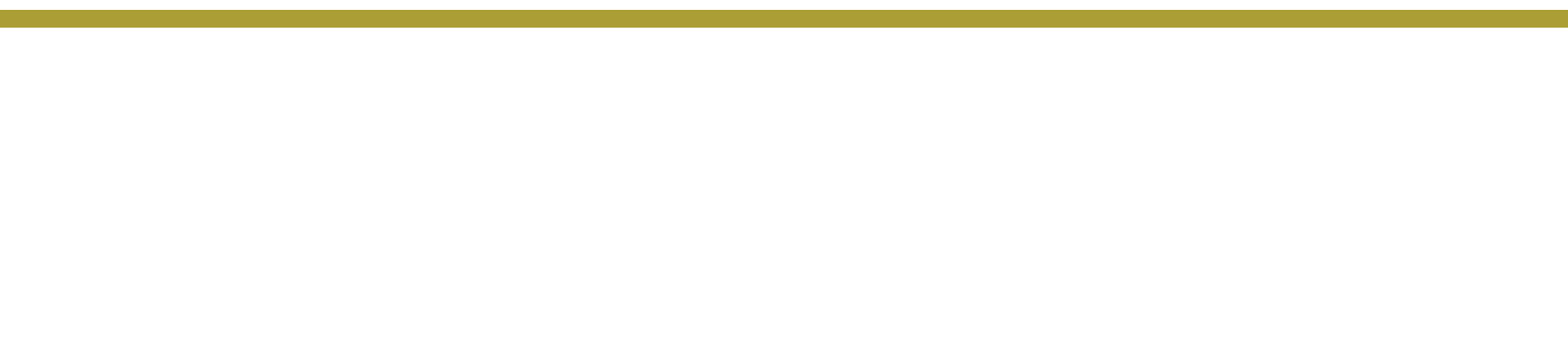
A vigilância da Defensoria Pública durante a negociação da renovação do RRF teve por objetivo impedir qualquer interferência do novo acordo na autonomia conquistada pela instituição ao longo dos anos, ou que a DPRJ deixasse de receber tratamento isonômico no novo regime em relação aos demais integrantes do sistema de Justiça.

Em um café da manhã promovido pelo Governo do Estado no dia 8 de setembro de 2021, para debater os compromissos que o Rio teria que assumir ao aderir o novo RRF, o defensor público-geral Rodrigo Pacheco reafirmou também que a instituição atuaria em defesa de um teto de gastos que garantisse a manutenção do atendimento realizado pela Defensoria Pública à população e que permitisse a valorização do quadro funcional da instituição, sem o qual o serviço de orientação e assistência jurídica, integral e gratuita, não poderia ser prestado à população.

Todo esse trabalho, de fato, evitou retrocessos que acabariam por prejudicar os(as) usuários(as) da Defensoria Pública.

Confira os principais momentos da atuação da DPRJ neste processo:

- Elaboração de nota técnica sobre o Decreto nº 10.681/2021, que regulamentou a Lei Complementar 159/2017, a qual estabelece as regras do RFF, já com a nova redação conferida pelas Leis Complementares 178 e 181, ambas de 2021.
- Participação nas audiências públicas prévias à discussão dos projetos de lei que visavam às reformas Administrativa e Previdenciária, condicionantes para o ingresso do Estado no RFF.
- Atuação durante toda a tramitação do pacote de projetos de lei voltados à renovação do RRF, destacando-se:
 - a defesa do teto de gastos estadual com valor correspondente ao orçamento de 2021+IPCA, tese que acabou vitoriosa no Legislativo;
 - elaboração e articulação, conjuntamente com a Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ), de emenda para a manutenção da idade mínima de aposentadoria, com pedágio de 20% e com regras de transição para quem já passou pelas reformas anteriores;
 - defesa da manutenção do triênio para os atuais servidores, abarcando os concursos abertos até 31 de dezembro de 2021, possibilitando que o XXVII Concurso Público para a Ingresso na Classe Inicial da Carreira da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro não tivesse qualquer discussão em relação à possibilidade de adquirir triênios.



capítulo #02

FORTALECIMIENTO



LEIS DE INICIATIVA PRÓPRIA

A aprovação da **Emenda à Constituição do Rio de Janeiro nº 72**, em 5 de junho de 2019, foi decisiva para a consolidação da autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. A norma incluiu a DPRJ no rol das instituições integrantes do sistema de justiça aptas a propor projetos de leis ordinárias e complementares sobre matéria institucional, enfim adequando a Lei Maior do Estado do Rio ao que estabelece a Emenda à Constituição Federal nº 80.

Desta forma, tal como os membros da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Ministério Público, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro passou a ter a expressa previsão da iniciativa legislativa para propor leis referentes à sua organização e funcionamento, à carreira e às prerrogativas das defensoras e defensores. Também passou a ter reconhecida sua legitimidade para apresentar projetos de lei relativos a deveres, atribuições e regime disciplinar de seus membros, sem a interferência de qualquer outro poder.

Confira algumas das principais leis aprovadas em decorrência da iniciativa legislativa da Instituição:

Lei nº 9.019, *de 24 de setembro de 2020*

A proposta foi apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio em agosto de 2020, pelo defensor público-geral do Estado, e aprovada no mês seguinte. A norma atualizou a Lei nº 1.146 de 1987, que criou o Centro de Estudos Jurídicos (Cejur). Também regulamentou a residência jurídica no âmbito da Defensoria Pública do Rio.

Lei nº 9.392, *de 09 de setembro de 2021*

Regulamentou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) das servidoras e servidores da Defensoria Pública, valorizando o quadro de apoio da instituição criado há dez anos. A legislação manteve na estrutura os três cargos atuais (analista processual, analista especializado e técnico administrativo) e estabeleceu estrutura de movimentação por meio de progressões horizontais e verticais, assim como a gratificação por formação acadêmica.

Lei nº 9629, de 04 de abril de 2022

Criou a Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias (CASC) pela Defensoria Pública e Procuradoria Geral do Estado (PGE) para tratar demandas que possam ser resolvidas por meio do diálogo, evitando assim a judicialização. A legislação resulta da primeira mensagem conjunta do defensor público-geral e do governador do estado à Assembleia Legislativa.

Lei Complementar nº 203, de 29 de junho de 2022

Atualizou a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Lei 6/77), a fim de adequar para o plano estadual atribuições já previstas na legislação federal e na Constituição da República, consolidando atividades já realizadas pela DPRJ. A nova legislação reforçou que a Defensoria Pública do Rio não atua apenas em favor das pessoas hipossuficientes, mas de todas as pessoas e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Além disso, a norma possibilitou a modernização interna da gestão e na atuação diária.

ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Nos últimos quatro anos, a Defensoria Pública ampliou seu espaço de atuação e fortaleceu seu diálogo com o Poder Legislativo. Esse trabalho foi preconizado pela Assessoria Parlamentar, de Relações Institucionais e Articulação Social (ASSPAR) e contou com o apoio das coordenações e núcleos temáticos da Instituição.

Ao longo do período, a Defensoria Pública produziu e apresentou notas técnicas aos diversos projetos do Poder Legislativo. Esses documentos foram remetidos para parlamentares, em especial presidentes de comissões temáticas importantes, presidência da Comissão de Constituição e Justiça, bem como à Presidência da Casa Legislativa destinatária. Igualmente, de forma pioneira, a DPRJ elaborou nota técnica acerca do Decreto Federal que regulamentou a entrada dos estados no Regime de Recuperação Fiscal, com vistas a auxiliar a discussão que travaria no Parlamento Estadual acerca do tema.

Toda esta atuação teve por objetivo influenciar a redação de projetos de lei em tramitação no parlamento, ou manifestar a posição institucional em relação ao tema objeto do projeto.

Além disso, em quatro anos, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro participou de

inúmeras reuniões e audiências públicas com parlamentares, a fim de defender os direitos das pessoas às quais presta assistência, assim como o fortalecimento da Instituição. Fez isso como apoio das diversas coordenações e núcleos temáticos da instituição.

Por fim, a participação no processo legislativo também se deu por meio de pareceres internos da ASSPAR para subsidiar as manifestações do defensor público-geral solicitadas pela Casa Civil do Poder Executivo, no momento em que esta realiza análise dos projetos aprovados pelo Poder Legislativo a fim de sancioná-los (integral ou parcialmente) ou vetá-los.



DPRJ na Alerj durante aprovação da LC nº 64/2022

Confira alguns destaques da participação da Defensoria Pública na Alerj e na Câmara Municipal do Rio no biênio 2021-2022:

- Audiências Públicas com finalidade de debater o pacote de alterações legislativas para ingresso no Novo Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro;
- Audiências Públicas da Comissão Especial para discutir e tratar soluções para o enfrentamento do problema crescente de pessoas desaparecidas no Estado do Rio de Janeiro;
- Comissão Especial destinada a apurar o cumprimento dos respectivos contratos de concessão pelas concessionárias que exploram os serviços de transporte ferroviário e metroviário do Estado do Rio de Janeiro e realizar a devida fiscalização dos seus termos pela AGETRANSP (requerimento nº 143/2019);
- Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o crescimento da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro.
- Audiências Públicas relativas à educação pública, como no caso do retorno às aulas presenciais após período de suspensão devido à pandemia de Covid-19; para fins de verificação da situação dos Conselhos Tutelares; para fins de garantia da segurança alimentar dos alunos da rede pública; verificação da política de educação especial; dentre outras;
- Audiências Públicas relativas ao Plano Diretor do município do Rio de Janeiro; relativas à situação dos comerciantes ambulantes; direitos das mulheres; direito à moradia adequada; uso e ocupação do solo; situação das pessoas em situação de rua; bilhete único universitário; políticas públicas para pessoas com deficiência; dentre outras;
- Audiências Públicas da Comissão Especial para acompanhar os desdobramentos da tragédia ocorrida no dia 15 de fevereiro de 2022, no município de Petrópolis-RJ, em decorrência dos fortes temporais.

DEBATE PPA 2020-2023

Previsto no artigo 165 da Constituição Federal e no artigo 209 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o Plano Plurianual (PPA) é uma ferramenta estratégica da administração, voltada para a definição das diretrizes, objetivos e metas da instituição, assim como dos resultados esperados. Com o PPA, é possível organizar programas e ações que resultem no incremento de bens ou serviços que atendam as prioridades da instituição e as demandas da sociedade.

Em janeiro de 2020, a Defensoria do Rio começou a realizar os debates abertos sobre o PPA referente ao período de 2020 a 2023. Por meio da iniciativa "Orçamento Participativo da Defensoria Pública: A decisão também é sua", os encontros realizados com servidoras(es) e defensoras(es) tinham como finalidade definir

as prioridades da instituição para os próximos quatro anos, assim como os recursos financeiros necessários para que as metas sejam alcançadas.

Com a Resolução 967, em vigor desde 16 de janeiro de 2020, o último Plano Plurianual da Defensoria teve nove frentes: Defesa Criminal e Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade; Cível e Proteção do Consumidor; Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Garantia do Direito à Saúde; Atuação Extrajudicial; Promoção da Função Social da Propriedade e do Direito à Moradia; Tecnologia da Informação; Educação em Direitos; e Modernização e Infraestrutura em Gestão.

Os debates sobre o PPA 2020-2023 também



Debates sobre Orçamento Participativo - 2019



contaram com a participação de representantes da sociedade civil, grande destinatária dos serviços da DPRJ.

CRESCIMENTO ORÇAMENTÁRIO DA DEFENSORIA E SUPERÁVIT DO FUNDPERJ

A Defensoria do Rio foi superavitária em 2021. O valor de R\$ 161.637.218,16 foi somado como crédito adicional ao orçamento previsto para a instituição em 2022, elevando o montante a um total de R\$ 1.126.939.385,16.

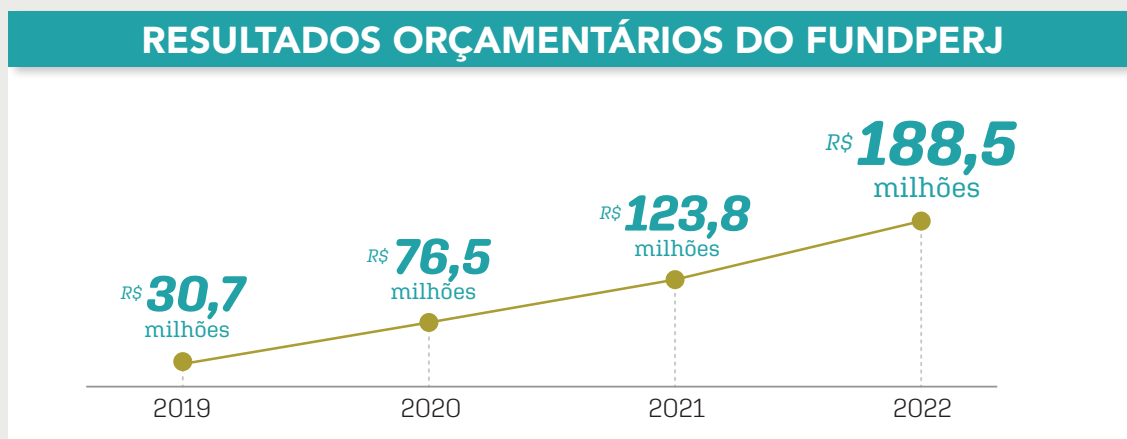
O superávit é o resultado da receita arrecadada pela Defensoria menos as despesas executadas ao longo do ano. O saldo é incorporado no ano seguinte como expansão do orçamento. O total reconhecido é resultado da soma de superávits, que vem crescendo progressivamente

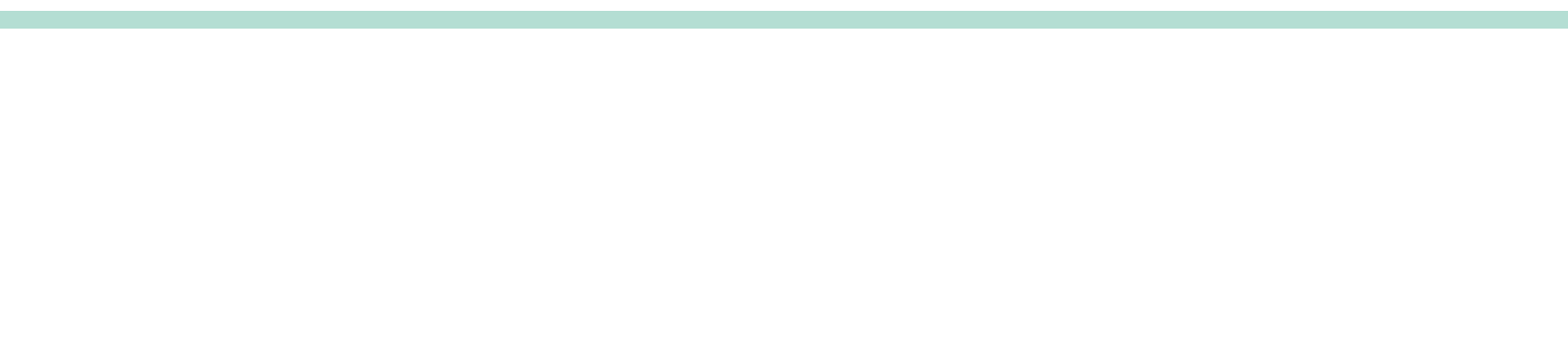
ano após ano. Desde 2019, o saldo passou de R\$ 46,9 milhões para os atuais R\$ 161,6 milhões, um crescimento de 244,5%.

O superávit permite que a Defensoria planeje e execute investimentos importantes para melhoria das condições de trabalho e do serviço prestado. Constitui também uma reserva para períodos de queda na arrecadação.

As receitas que compõem o superávit provêm de duas unidades orçamentárias: a da Defensoria, formada pelo duodécimo e o Cejur, e o Fundperj. A unidade orçamentária da Defensoria teve superávit de R\$ 37.810.031,68. Enquanto na unidade orçamentária do Fundperj o saldo foi de R\$ 123.827.186,48, valor muito superior ao total de R\$ 30,7 milhões registrado em 2019.

O Fundperj também registrou recorde de arrecadação em 2021, com R\$ 80.828.801,11 de receita arrecadada. O incremento em relação a 2020 passa de R\$ 22 milhões.





capítulo #03

REESTRUTURAÇÃO



REESTRUTURAÇÃO

NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em março de 2019, a Defensoria do Rio passou a ter um novo regimento interno. O regulamento entrou em vigor em 07 de março daquele ano com a publicação no Diário Oficial da Resolução DPGE nº 976, assinada no dia 25 de fevereiro pelo defensor público-geral do Estado. Até então, a organização administrativa da instituição era regida pela Resolução PGDP, de 2 de outubro de 1989, e suas alterações.

O novo regimento consolidou a estrutura administrativa existente na Defensoria e introduziu mudanças da atual gestão. Entre elas, o desmembramento da Secretaria-Geral em outras quatro novas secretarias:

- **Secretaria de Orçamentos e Finanças**, composta pela Diretoria de Orçamento e Finanças e pela Diretoria de Contratos, Licitações e Convênios;
- **Secretaria de Logística**, composta pela Diretoria de Material, Patrimônio e Transporte;
- **Secretaria de Infraestrutura**, formada pela Diretoria de Gestão de Informação e pela Diretoria de Infraestrutura e Engenharia;
- **Secretaria de Gestão de Pessoas**, composta pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Criação dos Comitês de Governança:

Em janeiro de 2019, a Defensoria Pública do Rio instituiu seus primeiros Comitês de Governança: o de Segurança de Tecnologia da Informação e o de Governança e Infraestrutura.

A criação dos Comitês segue a proposta de observar os princípios básicos de gestão nas organizações públicas: transparência, integridade, prestação de contas, liderança, compromisso, integração, eficiência e eficácia.

TUTELA COLETIVA GANHA REFORÇO COM NOVOS NÚCLEOS

Em agosto de 2020, a DPRJ criou cinco novos Núcleos de Tutela Coletiva. A Resolução nº1056 redesignou órgãos regionais existentes para desempenhar essa nova competência. Com a iniciativa, todo o estado do Rio de Janeiro passou a contar com a atuação estratégica da instituição em causas de interesse público coletivo.

Veja as mudanças trazidas pela resolução:

9ª DP do Núcleo de Fazenda Pública	4º Núcleo Regional de Tutela Coletiva
4ª DP Regional da Região 1	5º Núcleo Regional de Tutela Coletiva
6ª DP Regional da Região 1	6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva
8ª DP Regional da Região 1	7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva
10ª DP Regional da Região 1	8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva

Área de abrangência dos novos Núcleos Regionais de Tutela Coletiva:

4º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis e São João de Meriti</i>
5º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Nova Iguaçu, Mesquita, Queimados, Japeri, Itaguaí e Seropédica</i>
6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Magé e Guapimirim</i>
7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Carmo, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Bom Jardim, Cordeiro, Macuco, Duas Barras, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e Cantagalo</i>
8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Petrópolis, Três Rios, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Paracambi, Sapucaia, Areal, Comendador Levy Gasparian, Vassouras, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Valença, Rio das Flores e Paracambi</i>

Diante da redistribuição dos municípios de Vassouras, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Valença, Rio das Flores e Paracambi para o 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva e dos municípios de Maricá, Rio Bonito e Silva Jardim para o 6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva, foi também fixada a nova área de abrangência dos 2º e 3º Núcleos Regionais de Tutela Coletiva:

2º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Mangaratiba, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real/Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda</i>
3º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus/Quissamã, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Iguaba Grande, Macaé, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema</i>

Além disso, o 1º Núcleo Regional de Tutela Coletiva passou a incluir os municípios de Aperibé e Varre-Sai:

1º Núcleo Regional de Tutela Coletiva	<i>Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Italva/Cardoso Moreira, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade/Varre-Sai, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua/Aperibé, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra</i>
---------------------------------------	--

ATENÇÃO À PROTEÇÃO DE DADOS

O grande fluxo de dados pessoais nos processos e atendimentos da Defensoria Pública do Rio impõe à Instituição um desafio: o de cumprir as normas e regulações da Lei Geral de Proteção de Dados – a LGPD – (Lei n.º 13.709/2018), novo marco destinado a regulamentar o tratamento de dados pessoais no país.

Diante disso, a DPRJ buscou se estruturar e promover a adequação interna às disposições da lei, com a implementação de uma política de proteção de dados pessoais e a instituição de códigos de conduta e procedimentos.

A LGPD SE TORNA REALIDADE NA DEFENSORIA PÚBLICA:

2020

- setembro* ● Acordo de cooperação com a Associação Data Privacy Brasil
- Instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados

2021

- março* ● Investimento em política de capacitação
- Lançamento da Cartilha **Impactos da LGPD no trabalho da DPRJ**
- abril* ● Instituição da Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
- Nomeação das Encarregadas de Proteção de Dados
- maio* ● Criação de um site com informações sobre proteção de dados no site da DPRJ
- Mapeamento dos Processos de Tratamento de Dados Pessoais
- junho* ● Guia de Adequação à LGPD para os Órgãos de Atuação
- Elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de documentos da atividade fim da DPRJ
- setembro* ● Adequação dos editais e minutas-padrão de contratos e convênios

2022

- janeiro* ● Criação do Programa LGPD em Pauta
- Instituição da Política de Descarte de Documentos Físicos
- abril* ● Instituição do Plano de Resposta a Incidentes de Segurança
- Apresentação de Resposta em Auditoria do TCE-RJ sobre a LGPD
- junho* ● Instituição do Fluxo de Recebimento, Processamento e Resposta de Requerimentos de Titulares de Dados Pessoais
- Apresentação de Contribuições à Consulta Pública da ANPD sobre Tratamento de Dados Pessoais para fins Acadêmicos e Realização de Estudos por Órgãos de Pesquisa



Você sabia que o Programa LGPD em Pauta promoveu **20 reuniões** entre janeiro e agosto de 2022? Foram mais de **40 horas de conversa com 677 defensoras(es) e servidoras(es) da DPRJ**

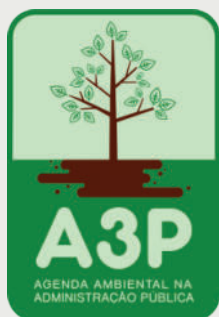
protecaodedados.rj.def.br: Criada em 2021, a página tem como objetivo dar **transparência à forma como a instituição trata dados pessoais**. Lá é possível encontrar o nome das Encarregadas de Proteção de Dados da DPRJ e o formulário para exercício dos direitos das(os) titulares, em atenção aos artigos 18, 19 e 41, § 1.º, da LGPD.

SUSTENTABILIDADE VIRA PAUTA

Repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar produtos que causem danos ao meio ambiente. A partir desses cinco “R’s”, a Defensoria do Rio começou, em 2020, a transformar sua cultura de consumo e de impacto socioambiental.

Para isso, a criação da Comissão de Gestão Ambiental (CGS) foi o primeiro passo. Estabelecida por meio da Resolução 1027, de 8 de janeiro de 2020, e lançada oficialmente com a publicação no Diário Oficial, em setembro do ano seguinte, a Comissão é a responsável pela criação, implantação e acompanhamento das Políticas Socioambientais da Defensoria.

Uma das principais ações da CGS foi a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que tem como objetivo estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade.



Você sabia que a Defensoria Pública do Rio recebeu, em julho de 2021, o **Selo A3P**? O certificado é concedido anualmente às instituições parceiras que preenchem o Sistema de Monitoramento de

Responsabilidade Socioambiental da A3P, o ResSoa.



Capacitação da equipe de limpeza sobre coleta seletiva



Visita ao Centro de Tratamento de Esgoto



Reciclagem de lixeiras em vasos de plantas



PRESERVE

O Programa de Sustentabilidade da DPRJ

Preserve - o programa de Sustentabilidade da Defensoria do Rio

Lançado oficialmente em outubro de 2021, o Preserve tem como objetivo a promoção de práticas na instituição com menor impacto ambiental. Com o programa, a sede administrativa da Defensoria ganhou sinalização sustentável e coletores para materiais recicláveis.

A coleta seletiva foi estabelecida por meio de uma parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). O objetivo principal é oferecer adequado destino aos resíduos gerados na sede, minimizando os impactos negativos no meio ambiente.

MEDIDAS LEVAM À ECONOMIA

Uma das medidas adotadas pelo Preserve foi o incentivo à adoção de copos e garrafinhas de água e a restrição do uso de copos descartáveis. O resultado foi expressivo. A DPRJ deixou de gerar mais de 200 kg de lixo plástico ao restringir o uso de copos descartáveis. Ao todo, 115 mil copos deixaram de ser usados, o que corresponde a uma economia de R\$5 mil em um ano.

A determinação da restrição no uso de copos plásticos começou em outubro de 2021. Desde essa data, os únicos descartáveis da instituição são destinados a visitantes e pessoas usuárias dos serviços da DPRJ.

DEFENSORIA ASSUME COMPROMISSO ANTIRRACISTA

Criada em 2020, a Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial (Coopera) tem como objetivo desenvolver uma política de enfrentamento ao racismo dentro e fora da instituição. Desde a sua fundação, já foi responsável por ações como o curso de formação antirracista, iniciativas para garantir equidade racial no concurso para a carreira da defensoria pública, webinars e campanhas como a "Defensoria Antirracista" nas redes sociais.

Em 2021, a Coopera foi uma das iniciativas finalistas do desafio "Lideranças Públicas Negras". O prêmio, promovido pela Catálise, faz parte do projeto "Onde estão os negros no serviço público" e valoriza ações que buscam garantir a equidade racial nas instituições.



Adens copo plástico!

Restringimos o uso desses descartáveis apenas a visitantes. Faça a sua parte e traga sua caneca, copo ou garrafinha. Saiba mais

atitude sustentável 



PRESERVE
O Programa de Sustentabilidade da DPRJ



PAN – Programa Abdias Nascimento

Em 2021, a Defensoria passou a contar com o Programa Abdias Nascimento. A iniciativa tem como objetivo ampliar as oportunidades e incentivar o ingresso de pessoas negras, indígenas e com deficiência na carreira da Defensoria e de outras instituições do sistema de justiça.

Ao todo, 40 alunas e alunos já passaram pelo Programa. Dessas(es), nove conseguiram passar em concursos para carreiras do Sistema de Justiça.

Número de editais:	3
Número de inscritos: <i>166 negras/os; 15 pessoas com deficiência</i>	181
Número de bolsas oferecidas:	49

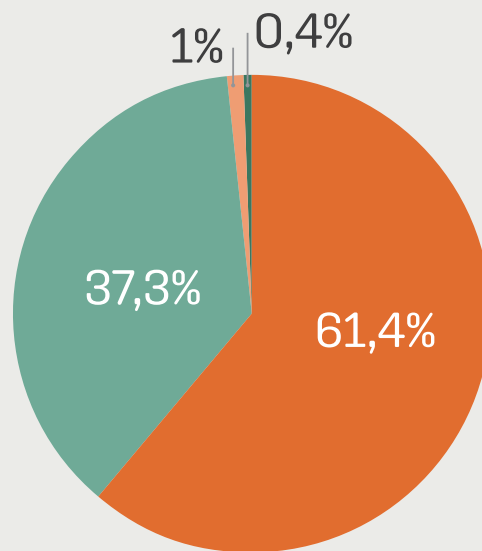


Lançado em agosto de 2021, o 1º Censo Étnico Racial da Defensoria trouxe um diagnóstico sobre quem são as pessoas que integram a instituição, como interagem do ponto de vista das dinâmicas raciais e o que pensam sobre questões como o racismo e as desigualdades que dele decorrem.

Total de participantes da pesquisa:

3.913 pessoas

79,8% do total da instituição na época



■ brancas(os) ■ amarelas(os)
■ negras(os) ■ indígenas

Entre aquelas(es) que se definem como negras(os)

13,8% são defensoras(es)

64,8% são funcionárias(os) terceirizadas(os)



INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO

Por meio da Resolução 1.067, de outubro de 2020, a Defensoria Pública do Rio passou a contar com a Coordenação do Laboratório de Inovação (Coilab). O Laboratório, iniciativa pioneira entre as Defensorias Públicas, encontra soluções mais eficientes para os problemas apresentados pela instituição, melhorando, assim, o atendimento e a prestação de serviços de seus órgãos. O objetivo é que métodos de trabalho de algumas áreas da Defensoria sejam aperfeiçoados, encontrando novas maneiras de garantir o acesso à justiça.

O lançamento do Laboratório ocorreu em março de 2022, mas o projeto piloto teve início em 2020.

Conheça algumas propostas e projetos do Laboratório de Inovação:

Ajuizando no Juizado - propostas do iLAB para a estrutura de serviço de assistência jurídica gratuita que a Defensoria poderia aplicar ao Juizado de Fazenda Pública da Baixada Fluminense;

Dando Suporte ao Suporte - propõe soluções para os problemas que envolvem o suporte técnico do Sistema Verde;

Inovabox - busca captar ideias geradas por toda a Defensoria Pública, tratando-as como mini projetos e apoiando sua implementação.

AVANÇOS NO INTERIOR E NA BAIXADA FLUMINENSE

A Coordenação da Baixada e do Interior (Cobin) possui função principal de interlocução dos órgãos localizados na Baixada Fluminense e

nos municípios do interior com a Administração em seus diversos setores.

Entre 2019 e 2022, a Cobin realizou visitas a todos os órgãos e Núcleos de Primeiro Atendimento. Em cada local, eram analisadas a estrutura física e de pessoal, além do levantamento das principais demandas e necessidades de melhorias.

Conheça algumas das ações da Cobin:

Reforço de policiamento das sedes por meio do projeto **PROEIS**, uma parceria com a Polícia Militar que disponibiliza, mediante contraprestação da Defensoria Pública, policiais militares para auxílio na segurança.

Projeto **QUARTAS NA DEFENSORIA**, que tem como objetivo promover uma aproximação com as regiões do interior do estado, realizando palestras sobre temas relevantes na educação em direitos.

Projeto **GABINETES VIRTUAIS**, versão online do "Quartas na Defensoria", os gabinetes virtuais foram realizados pela plataforma zoom e promovidos para aproximação das(os) defensoras(es) públicas(os) e das(os) servidoras(es) com a Administração Pública. A versão do gabinete virtual, em 2020, teve como finalidade tratar da pandemia, das medidas sanitárias e de segurança que vinham sendo adotadas, do fluxo de atendimento e informações sobre os investimentos realizados.

Projeto **Engenharia e Cobin sobre Rodas**, realizado em parceria com a Secretaria de Engenharia (Seng), o projeto promoveu encontros com entes públicos e universidades, estreitando laços com a Defensoria Pública para a criação de rede de apoio, em especial aos recém-criados Núcleos de tutela coletiva regionais.

Reforço das equipes das Coordenações Regionais com a instituição de postos avançados de colaboradores, que atuam com a parte de serviços em elétrica e técnicos de refrigeração para trazer mais autonomia e rapidez na resolução de problemas de manutenção.



Projeto Menos Lixo mais planta



Programa Abadias do Nascimento oferece mentoria a candidatas negras



Assinatura do convênio DPRJ e MPRJ de coleta seletiva



Lixeiras ganham nova utilidade como vasos de planta



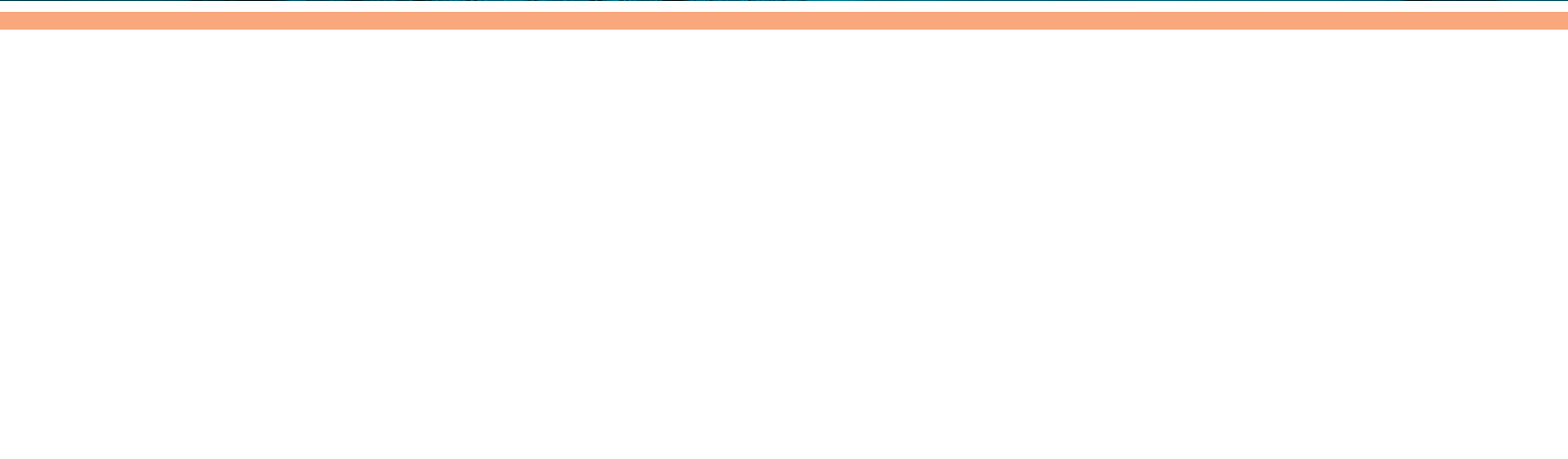
Defensoria debate cotas raciais na sede



Encerramento do Programa Abadias do Nascimento



Formatura do Projeto Diálogo Cidadão



capítulo #04

VALORIZAÇÃO FUNCIONAL



capítulo #04

VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

CONCURSOS E POSSES

Em 2022, pela primeira vez na história da Defensoria tomaram posse defensoras e defensores aprovados pelo sistema de cotas. O XVII Concurso para Ingresso na Carreira Inicial teve regras específicas para contemplar ações afirmativas, o que resultou na aprovação de 23 cotistas – 19 negros/indígenas, uma pessoa com deficiência e três hipossuficientes economicamente – dentre os 71 novos membros da instituição. A cerimônia de posse foi no Theatro Municipal do Rio, em 15 de fevereiro, seguida de uma posse popular, na Cidade de Deus, em 4 de março.

A posse popular foi realizada pela primeira vez em 27 de setembro de 2019, no Complexo da Maré, quando 24 defensores e defensoras aprovados no XXVI Concurso para ingresso na DPRJ fizeram juramento, na presença de movimentos sociais e moradores da comunidade, e assumiram o compromisso com a defesa dos direitos da população, em especial daquela em situação de vulnerabilidade econômica e social.



Posse novas defensoras e defensores



Posse popular novas defensoras e defensores



Posse novas defensoras e defensores

AVANÇOS NA CARREIRA

Em 2022, pela primeira vez, membros da Instituição e pessoal do quadro efetivo puderam renunciar à parte da licença-prêmio (o equivalente a período de 30 dias).

Indenização licença-prêmio ativos

(o equivalente a um período de 30 dias por pessoa)

789 beneficiários – R\$ 23.745.236,64, sendo

604 Defensores – R\$ 22.900.185,53

185 Quadro de apoio – R\$ 845.051,11

Em 2022, também pela primeira vez foi possível solicitar indenização por férias não desfrutadas

Indenização férias defensores ativos

701 beneficiários – R\$ 30.794.301,81

Indenização férias servidores quadro ativos

267 beneficiários – R\$ 1.592.242,75

Além disso, no ano passado tornou-se possível a renúncia integral de férias de defensoras e defensores

DPs CLASSE ESPECIAL: 238 INDENIZAÇÕES
(já contemplada no quadro acima)

DPs CLASSE INTERMEDIÁRIA:

1.777 INDENIZAÇÕES

DPs CLASSE SUBSTITUTOS: 100 INDENIZAÇÕES

Total de indenizações processadas em 2022:

2.115

**Pedidos de renúncia integral até 08/2022.*

Houve também o pagamento de férias e licenças-prêmio não fruídas a aposentados e exonerados.

Indenização férias não fruídas

aposentados e exonerados 2019 a 08/2022

201 beneficiários – R\$ 38.059.339,69

Sendo:

108 Defensores – R\$ 37.500,481,02

34 Quadro de apoio – R\$ 314.940,60

59 Cargos em comissão – R\$ 243.918,07

Indenização licença-prêmio não fruídas

aposentados e exonerados 2019 a 08/2022

67 beneficiários – R\$ 10.873.704,35, sendo

55 Defensores – R\$ 10.732.119,88

12 Quadro de apoio – R\$ 141.584,47

Movimentação na carreira

A movimentação mais ágil na carreira foi outra novidade no período 2019-2022, com a remoção de 389 defensoras e defensores e a lotação de 113, conforme tabela abaixo:

Remoção

Concurso de remoção 2019:

7 concursos/ 85 DPs removidos

Concurso de remoção 2020:

7 concursos/ 93 DPs removidos

Concurso de remoção 2021:

7 concursos/ 46 DPs removidos

Concurso de remoção 2022:

9 concursos / 184 DPS removidos

Total de concursos de 2019 a 2022:

30 concursos

Total de DPs removidos e 2019 a 2022:

408 DPs

**Dados colhidos até a primeira semana de setembro.*

Lotação

Concurso de lotação 2019:

1 concursos/ 5 DPS removidos

Concurso de lotação 2020:

3 concursos/ 32 DPS removidos

Concurso de lotação 2021:

1 concursos/ 1 DPS removidos

Concurso de lotação 2022 (até o momento):

2 concursos/ 75 DPS removidos

Total de concursos de 2019 a 2022:

7 concursos

Total de DPs lotados entre 2019 a 2022:

113 DPs

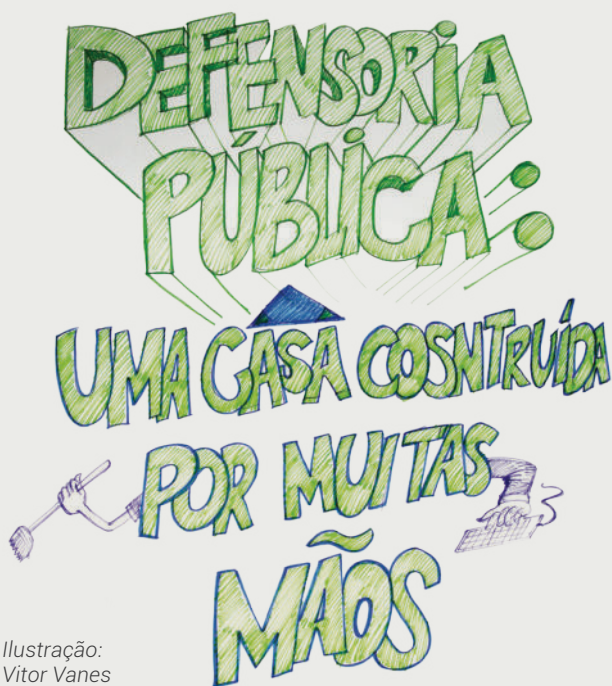


Ilustração:
Vitor Vanes

QUADRO DE APOIO

Em 2019, a Defensoria do Rio realizou o III Concurso para o Quadro de Apoio (homologado em 13 de abril), o primeiro a permitir aos candidatos escolherem previamente as regiões do estado em que teriam interesse de trabalhar.

Até dezembro de 2022, foram empossados 315 servidores (20 Analistas Especializados; 163 Analistas Processuais; e 132 Técnicos Administrativos).

Plano de Cargos e Salários

Em 17 de agosto de 2021, após negociação intensa da Administração Superior e da Assessoria Parlamentar da Defensoria, a Assembleia

Legislativa aprovou o Plano de Cargos e Salários (PCCS) do Quadro de Apoio, sancionado pelo governador em 10 de setembro, e que reajustou o vencimento-base de cada carreira, garantiu promoção vertical e horizontal, mantendo os triênios e estabelecendo adicional por formação acadêmica de até 15%, conforme o título comprovado. O PCCS valoriza os que integram o quadro próprio da Defensoria e busca evitar a evasão de servidores.

Piso para extraquadros

A partir de 1º setembro de 2022, o piso dos funcionários comissionados da Defensoria passou para R\$ 2.200,00, o dobro do que era praticado em 2019. Ao todo, 486 pessoas extraquadro da Defensoria tiveram os vencimentos reajustados em 10% na mesma data.

Auxílio-saúde

Uma medida marcante foi a criação do auxílio-saúde para servidoras e servidores, implementado pela Resolução nº 1054, de 3 de agosto de 2020, que consiste no reembolso de despesa com pagamento de mensalidade de plano de assistência médico-hospitalar, odontológica ou seguro saúde.

O benefício é destinado a servidoras(es) titulares de cargo de provimento efetivo ou ocupantes exclusivos de cargo em comissão da instituição, sejam elas(es) titulares ou não junto à operadora, e seus dependentes. Os gastos devem ser comprovados semestralmente.

O reembolso de até R\$ 450,00 relativo a despesas com planos/seguros médicos e/ou odontológicos começou a ser pago em setembro de 2020. Em janeiro de 2022, o valor foi reajustado para R\$ 700,00.

Teletrabalho

Mais uma novidade, e com base na boa experiência do esforço desenvolvido durante a pandemia, a Defensoria do Rio passou a oferecer a possibilidade de teletrabalho também para os servidores da área administrativa. Em 2019, havia apenas 23 analistas jurídicos junto às Defensorias de 2º grau desempenhando tarefas a distância. A Resolução 1.139/2022, porém, ampliou o teletrabalho na Instituição,



DPRJ recebe novas servidoras e servidores

que teve a adesão de 215 servidores (de atividades meio e em DPs de 2º grau), segundo dados de setembro último.

Auxílios

Todos os servidores recebem também auxílio transporte equivalente a dois bilhetes únicos (R\$17,10) por dia de trabalho. Há ainda auxílio-alimentação/refeição, que passou a ter previsão de reajuste a cada novembro, com retroação dos efeitos financeiros a outubro do mesmo ano.

Período	Valor
2018/2019	R\$ 485,00
2019/2020	R\$ 535,00
2020/2021	R\$ 574,85
2021/2022	R\$ 636,20

Adicional de qualificação

Outro benefício conferido à classe de servidoras e servidores é o Adicional de Qualificação. Regulamentada pela Resolução nº 1129, de 4 de janeiro de 2022, a gratificação tem por objetivo incentivar e apoiar servidoras(es) do quadro de apoio em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, em áreas de interesse da Defensoria Pública.

O Adicional de Qualificação é concedido em razão dos conhecimentos adquiridos por meio de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de pós-graduação. O benefício visa também à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados às pessoas usuárias dos serviços da Instituição.

Afastamento para estudo

Durante a gestão, foi regulamentado também o afastamento de servidoras e servidores para fins de aperfeiçoamento. A medida é possível em duas modalidades: para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior, no país ou no exterior, em áreas de interesse da Defensoria Pública; ou para elaboração de pesquisa, dissertação ou tese.

O pedido de afastamento do(a) servidor(a) nesses casos deve ser dirigido à Secretaria de Gestão de Pessoas. Deve-se apresentar os documentos que comprovem atendimento aos requisitos previstos na Resolução nº 1141, de 30 de março de 2022, e as informações sobre pertinência do curso ou projeto com as atividades das áreas fim ou meio da Defensoria Pública.

Progressão funcional

Outra medida relevante foi a regulamentação, pela da Resolução nº 1180, de 28 de setembro de 2023, da evolução de carreira de servidoras e servidores por meio de instrumentos como a progressão e a promoção.

Ficou estabelecido que a progressão horizontal – movimentação do(a) servidor(a) de um padrão remuneratório para o seguinte – ocorrerá automaticamente após o intervalo de um ano em relação à progressão anterior, exceto após as promoções, quando o intervalo será de dois anos. Já a promoção vertical é a movimentação do(a) servidor(a) do último padrão remuneratório de uma classe para o primeiro da classe seguinte.

Para progredir, o(a) servidor(a) que está apto(a) deverá abrir processo próprio no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Defensoria Pública.

Sala comodato para Asdperj

Uma conquista importante para a Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Asdperj) foi a assinatura do termo de cessão de uso de bem imóvel, firmado com a Administração Superior no dia 5 de agosto de 2022.

A sala destinada à Associação já era ocupada pelo órgão, no entanto, ainda não havia formalização do ato de cessão do espaço. Essa demanda era apresentada pela Asdperj desde 2015 e foi concretizada na última gestão da DPRJ. A cessão tem duração de cinco anos.

Mãe-nutriz

Um grande avanço, sobretudo para as servidoras da Defensoria Pública do Rio, foi a im-

plementação do Programa Mãe Nutriz, em setembro de 2019, para incentivar o aleitamento materno e a integração da mãe com a criança.

Regulamentada pela Resolução nº 1005, a iniciativa prevê a redução de 25% da jornada de trabalho das servidoras com filhos em período de amamentação, o que significa a redução da jornada de 8h para 6h diárias, até o último dia do mês em que a criança completar 24 meses de vida, sem redução na remuneração.

Para receber o benefício, a servidora deve enviar o requerimento à Diretoria de Gestão de Pessoas da instituição, que o encaminhará à Coordenação de Saúde Ocupacional.

Comissão de combate ao assédio

Com objetivo de contribuir na construção de um ambiente positivo para a realização das atividades de trabalho, foi criada, também nesta gestão, a Comissão de Preservação da Qualidade do Relacionamento Interpessoal do Trabalho, Prevenção e Tratamento do Assédio, da Discriminação e Outras Formas de Violência (Codav), em 30 de setembro de 2020, pela Resolução nº 1064. A política institucional de mesmo nome já havia sido estabelecida na Defensoria Pública do Rio de Janeiro em dezembro de 2018, pela Resolução nº 962.

A Comissão tem a finalidade de atuar em prol da melhoria do local de trabalho por meio da promoção de relações saudáveis e cordiais, sem violências, discriminações e assédios, com ampla atuação intersetorial e interdisciplinar para solução de problemas.



A atuação da Codav acontece em duas frentes: fomento do debate, reflexão, orientação, pesquisa e propositiva de mudanças a partir das experiências cotidianas observadas; e acolhimento, escuta e busca de soluções para pessoas que se sintam vítimas de alguma violência nas relações trabalhistas na Defensoria Pública.

ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA

A Defensoria conta hoje com 1.293 estagiários, dos quais a grande maioria (1.162) é formada por estudantes de Direito, que tiveram o valor da bolsa reajustado em fevereiro de 2021.

Até fevereiro de 2021, estagiário de Direito recebia bolsa de R\$ 500 mais transporte de R\$ 170,10, em um total de R\$ 670,10.

A partir de fevereiro de 2021, passou a receber bolsa de R\$ 729,90 mais transporte de R\$ 170,10, resultando em um valor de R\$ 900,00.

Residentes Jurídicos

Em janeiro de 2019, a Defensoria do Rio contava com 191 residentes jurídicos, e o valor da bolsa era de R\$ 1.330,00.

O primeiro reajuste do quadriênio foi dado em março de 2020, quando a bolsa passou para R\$ 1.400,00.

Em maio de 2021, houve novo reajuste e os residentes jurídicos passaram a receber R\$ 1.600,00.

Em setembro de 2022, a bolsa foi reajustada para R\$ 1.760.

No mesmo mês, a Defensoria já contava 576 residentes jurídicos, o triplo do que havia há quatro anos.

Todos foram aprovados no 4º Concurso para Residência Jurídica, realizado no início de 2021 e cujo resultado, divulgado em abril, levou à formação de uma lista com 1.541 nomes de estudantes que se submeteram à prova e foram considerados aptos.



Defensoria lança documentário Paixão Verde



RECONHECIMENTO ÀS PESSOAS QUE CONSTRUÍRAM A DEFENSORIA

O reconhecimento a quem construiu a Defensoria do Rio, a primeira do Brasil, inspirou o Projeto Memória Defensoria Pública RJ. Conduzido pelo Centro de Estudos Jurídicos (Cejur), a iniciativa visa preservar a história institucional e, ao mesmo tempo, homenagear

defensoras e defensores que, em condições frequentemente adversas, lançaram os alicerces da instituição.

Uma sessão com entrada franca no Cinema Estação NET Botafogo, em 26 de setembro de 2022, marcou o lançamento de uma importante etapa do projeto: o filme "Paixão Verde, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro em suas primeiras décadas", com entrevistas com 26 defensoras e defensores aposentados. O material pode ser acessado pelo YouTube da Defensoria.





capítulo #05

DEFENSORIA MAIS CAPACITADA



capítulo #05

DEFENSORIA MAIS CAPACITADA

Nos últimos quatro anos, a política de capacitação para as pessoas que integram a Defensoria Pública buscou mais que a qualificação profissional. Os eventos, cursos e treinamentos ofertados também abordaram questões relativas à qualidade de vida no ambiente de trabalho e buscaram sensibilizar os participantes sobre a importância de se investir em desenvolvimento para a qualidade e eficiência do serviço levado à população.

O Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) é o responsável pela política de capacitação da DPRJ. Também constitui missão do órgão apoiar atividades e projetos de educação em direitos para a população ter mais conhecimento sobre seus direitos e a forma de efetivá-los.

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS (CEJUR)

A política de capacitação das defensoras(es), servidoras(es), estagiárias(os) e residentes jurídicos(os) (POLICAP) contou com uma ampla agenda de 2019 a 2022. O trabalho atende as expectativas da Resolução nº 1.065. Editada em 7 de outubro de 2020, a norma instituiu a POLICAP da Defensoria Pública, gerida e implementada pelo Centro de Estudos Jurídicos, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), por meio do Programa de Educação Continuada (PEC), a fim de fomentar a educação continuada na instituição.

Muitas das capacitações foram ofertadas por meio de editais amplamente divulgados:

De 2019 a setembro de 2022, o CEJUR...

...publicou 56 editais,

beneficiando

421 defensoras(es) e

501 servidoras(es)

2019 116 defensoras(es) e
19 editais 175 servidoras(es)

2020 125 defensoras(es) e
10 editais 103 servidoras(es)

2021 80 defensoras(es) e
17 editais 173 servidoras(es)

2022 100 defensoras(es) e
10 editais 50 servidoras(es)

...Ofereceu

79 vagas de pós graduação,

sendo

43 vagas de pós graduação lato sensu
beneficiando

19 defensoras(es) e

24 servidoras(es)

36 vagas de mestrado
beneficiando

27 defensoras(es) e

9 servidoras(es)

O CEJUR também organizou e/ou apoiou **228 eventos** e **90 cursos**, para os públicos interno e externo.

CURSOS e EVENTOS

2019 - 69 eventos, **3.023** participantes

2020 - 91 eventos, **32.778** participantes

2021 - 131 eventos, **24.063** participantes

2022 - 102 eventos, **24.410** participantes

Total de participantes: **84.274**, sendo **7.288** integrantes da DPRJ

CURSOS EM DESTAQUE:

1. Capacitação em Perícias Criminais
2. Capacitação inventário
3. Curso direito processual coletivo
4. Capacitação Orçamento Público e Defensoria
5. Curso de formação em relações étnico-raciais
6. Curso Advocacy e Defensoria Pública: materializando políticas públicas no âmbito dos três poderes
7. Capacitação Prática e Defesa Tributária
8. Curso de Formação de defensoras e defensores do XXVI e XXVII concurso da Defensoria Pública
9. Curso garantias legais em territórios instáveis
10. Capacitação dos policiais militares do Proeis que iriam atuar OU para atuação na Defensoria Pública





Comemoração pelo Dia da Servidora e do Servidor



Lançamento da Publicação Caminhos da Igualdade



VI Encontro de Atuação Estratégica



Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar

EVENTOS EM DESTAQUE:

1. Encontros de atuação estratégica em comemoração ao Dia da Defensora e do Defensor
2. Encontros em comemoração ao Dia da Servidora e do Servidor
3. Jornadas de Direitos Humanos para Estagiárias e Estagiários da Defensoria Pública
4. III Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas
5. Fórum Sankofa de Luta por Justiça Racial e de Gênero
6. Ciclo de Debates: Direito, Defensoria e Sociedade: Democracia em Crise
7. Seminário de Tecnologia e Defensorias
8. Ciclo de Palestras sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
9. Quartas com a Defensoria
10. Webinário Princípios Méndez: Diretrizes para entrevistas eficazes na investigação criminal

Destacam-se também os informativos e encontros produzidos com o apoio das coordenações temáticas da Defensoria Pública sobre questões relevantes acerca da atuação institucional:

21 BOLETINS CEJUR

8 Cejur Notícias

5 Doutrina Cejur

+

7 Jurisprudencial Cejur

38 Cejur + Coordenações

Total: **58 boletins**

38 encontros temáticos

O incentivo às boas práticas também teve espaço na Defensoria Pública, por meio do Concurso Eliete Costa Silva Jardim*:

2019 - 6 práticas reconhecidas

2022 - Edição especial voltada à premiação das equipes da Defensoria Pública que atuaram na prestação de assistência jurídica aos familiares e vítimas das fortes chuvas que atingiram a cidade de Petrópolis no dia 15 de fevereiro.

*As de 2020 e 2021 foram canceladas em razão da pandemia.

O CEJUR também disponibiliza um serviço essencial à atuação:

Revista dos Tribunais Online, plataforma de pesquisa da doutrina geral (com acesso a 40 revistas da RT), jurisprudência, legislação, súmulas, notícias e doutrinas essenciais.

Outra importante iniciativa diz respeito ao auxílio-livro:

2019: 493 livros · R\$ 60.305,28
79 defensoras(es) beneficiadas(os)

2020: 362 livros · R\$ 43.147,46
66 defensoras(es) beneficiadas(os)

2021: 502 livros · R\$ 62.312,00
82 defensoras(es) beneficiadas(os)

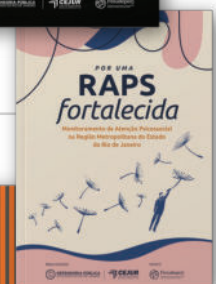
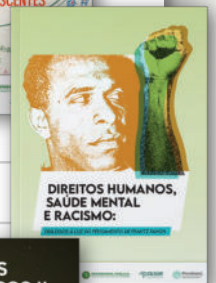
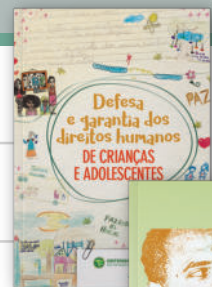
2022: 486 livros · R\$ 70.512,91
90 defensoras(es) beneficiadas(os)

TOTAL:

1.843 livros · R\$ 236.277,65
317 defensoras e defensores beneficiados

Nos últimos quatro anos, o CEJUR editou 12 publicações sobre temas relacionados à atuação da Defensoria Pública:

1. A Defensoria em Dados II - Pesquisas realizadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
2. Primeiras impressões sobre a Lei 13.964/2019 (Pacote 'anticrime'): a visão da Defensoria Pública
3. Defesa e Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – 2ª edição
4. Direitos Humanos, Saúde Mental e Racismo: Diálogos a partir do pensamento de Frantz Fanon
5. Anais do III Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas
6. Cadernos Estratégicos II - Análise Estratégica de decisões dos Órgãos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos
7. 'Este lugar é uma casa de mortos': as diversas perspectivas do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário na visão da DPRJ
8. Por uma RAPS fortalecida: Monitoramento da Atenção Psicossocial na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
9. Caminhos da Igualdade – 5 anos do GT de Ações Afirmativas
10. Revista de Direito nº 29
11. Revista de Direito nº 30
12. Revista de Direito nº 31



BIBLIOTECA

Ganhou novas instalações na sede operacional do Terminal Garagem Menezes Côrtes – 15º andar, que passou a englobar a Biblioteca Defensor Público Mário José Bagueira Leal, a Sala de Leitura Lucíola Bela Duarte Coelho e a ala Pedro Ferreira, nome do servidor falecido em 2022 após 23 anos de vida dedicados ao espaço.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS

A atuação do CEJUR também envolve o apoio às iniciativas para a educação em direitos, realizadas junto à população. O objetivo é promover o empoderamento por meio da disseminação do conhecimento jurídico. Dentre os projetos apoiados, destacam-se:

- Acelerando a Escolaridade
- Defensoras Populares
- Defensoria nas Ilhas
- Diálogo cidadão
- Defensoras e defensores do Diálogo



RESIDÊNCIA JURÍDICA

A Residência Jurídica é um programa de pós-graduação lato sensu oferecido pelo Centro de Estudos Jurídicos, em parceria com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Fesudeperj), sob a forma de especialização. Destinada a bacharéis em Direito, e tem por objetivo proporcionar formação teórica e prática avançada no campo do Direito e Defensoria Pública.

A iniciativa é regulamentada pela Resolução 1.083, de 17 de março de 2021. Os participantes ingressam mediante concurso público e recebem uma bolsa-auxílio. Atualmente a DPRJ conta com 595 residentes jurídicos(as).

*Da esquerda para direita:
Casamento na Ação Social
Defensoria nas Ilhas, formatura
do projeto Acelerando a
Escolaridade, encontro das
Defensoras Populares e
formatura do Diálogo Cidadão*



PARCERIA COM O RH

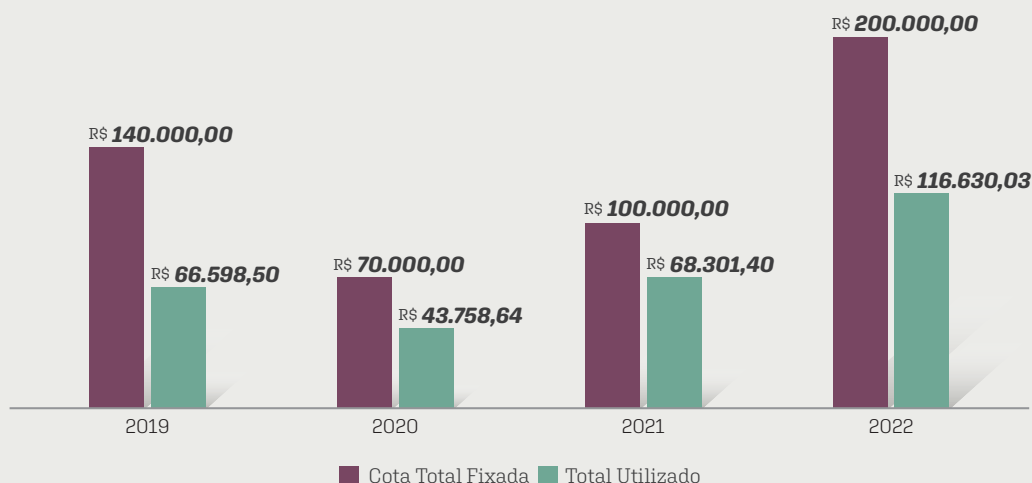
A Defensoria Pública conta com o Núcleo de Desenvolvimento (NUDEVHR), que integra a Coordenação de Recursos Humanos. É responsável pelas ações de capacitação e treinamentos de cunho não jurídico. O trabalho é realizado com o apoio da Diretoria de Capacitação do CEJUR.

Nesse sentido, o NUDEVHR oferece anualmente programas de capacitação custeadas pela Defensoria, por meio do Centro de Estudos Jurídicos Confira as cotas disponibilizadas para os setores da instituição para a realização de capacitações nos últimos quatro anos:

PESSOAS CAPACITADAS					
VÍNCULO	2019	2020	2021	2022	Total Quadriênio
Defensoras(es)	137	85	62	125	409
Servidoras(es)	323	302	303	410	1.338
Residentes	44	25	5	8	82
Estagiárias(os)	9	97	8	177	291
Terceirizadas(os)	8	20	4	-	32

As capacitações oferecidas pelo Núcleo beneficiaram centenas de pessoas que fazem parte da instituição.

COTA TOTAL FIXADA E TOTAL UTILIZADO



Entre as iniciativas, destaca-se também a ambientação de servidoras e servidores recém-ingressados no quadro de apoio da Defensoria. Em quatro anos, foram realizadas 18 iniciativas desse tipo.

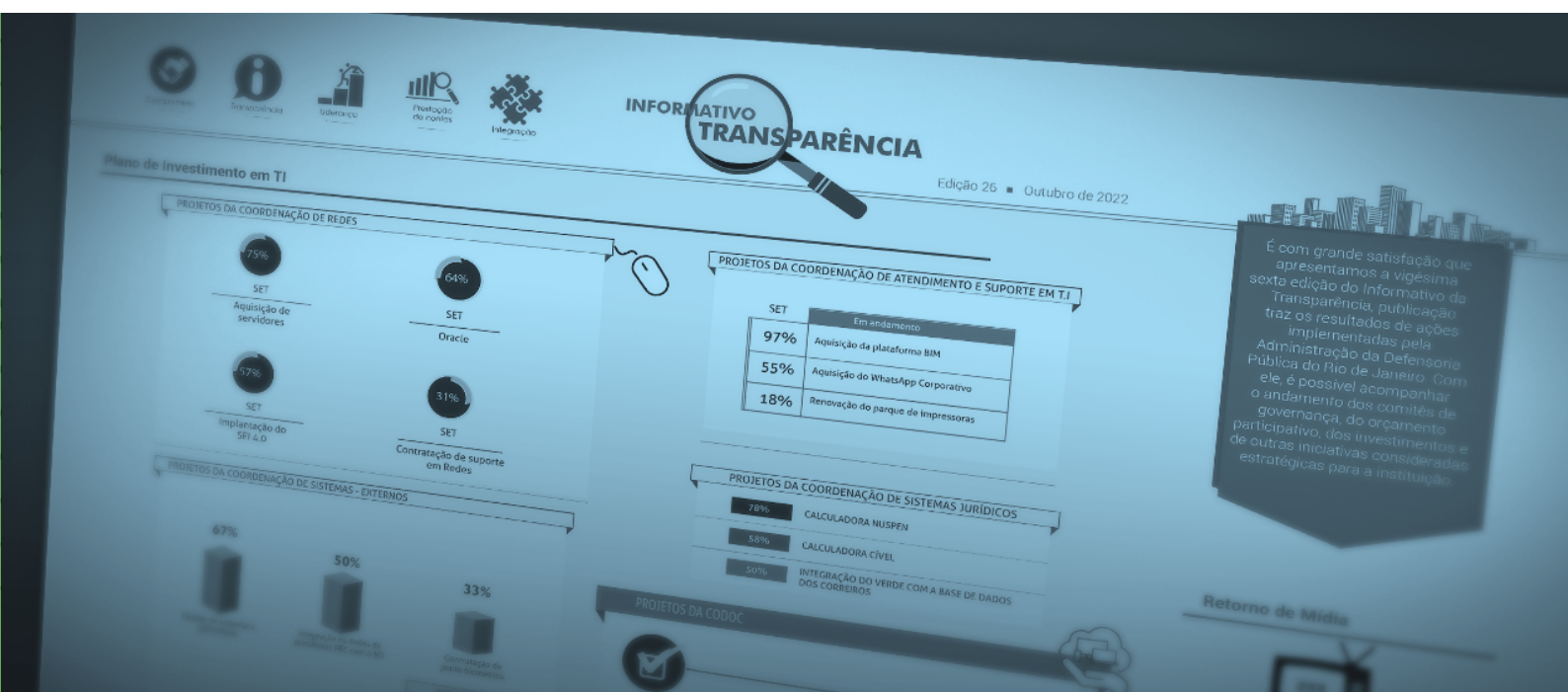
Há ainda as ações voltadas às Boas Práticas e Qualidade de Vida das pessoas que integram

a instituição. Durante o quadriênio, foram 22 edições com a participação de 781 pessoas.

Outra importante ação diz respeito às comemorações em razão do Dia da Servidora e do Servidor. O evento ocorreu todos os anos, de forma online em 2020 e 2021, em razão da pandemia de Covid-19.



TRANSPARÊNCIA



UMA DEFENSORIA PÚBLICA MAIS TRANSPARENTE

O acesso à informação pública é um pilar da sociedade democrática. Por isso, a transparência ganhou ainda mais atenção nesta administração. Um conjunto de ferramentas foi instituído nos últimos quatro anos para dar visibilidade aos dados relativos à execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, gastos com pessoal, ações de governança, atos administrativos e atuação institucional. Confira um pouco dos avanços nesta área:

DIÁRIO OFICIAL

A DPRJ lançou, no dia 23 de outubro de 2019, seu Diário Oficial Eletrônico (DOe-DPERJ) para a publicação, online e gratuita, de seus atos administrativos, processuais e de comunicação em geral. Resultado do esforço da instituição nos últimos anos, o D.O. digital faz parte de uma série de projetos estruturantes para a consolidação da autonomia assegurada à Defensoria Pública pela Constituição.

A ferramenta atende aos conceitos de governança digital implementados na Defensoria e se encontra disponível no site da Defensoria Pública. O D.O. digital substituiu definitivamente o Diário Oficial do Estado, proporcionando uma economia de R\$ 800 mil até então gastos com as publicações na Imprensa Oficial.

O DOe-DPERJ está disponível em tempo in-

tegral para leitura, pesquisa e impressão. A ferramenta substitui qualquer outro meio de publicação oficial com a exceção dos casos em que, por lei ou outro ato normativo, seja exigida a intimação ou vista pessoal; ou a publicação em jornais de circulação local, regional ou nacional.

A responsabilidade pelo conteúdo e o encaminhamento de matéria para publicação é exclusiva da unidade que a produziu, ficando a Diretoria de Gestão da Informação (DGI) responsável pelos sistemas informatizados de funcionamento e segurança.



BOLETIM DA TRANSPARÊNCIA

Um dos primeiros atos da gestão foi instituir uma política de governança. Assim surgiu, com a Resolução nº 963, de 2 de janeiro de 2019, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e o Comitê de Governança de Infraestrutura, ambos com a missão de planejar a atuação em áreas estratégicas.

A fim de dar visibilidade a essas ações, foi criado o Boletim da Transparência: uma publicação virtual, veiculada mensalmente junto aos colaboradores, com informações sobre o andamento dos comitês de governança, do orçamento participativo, dos investimentos e outras importantes iniciativas.

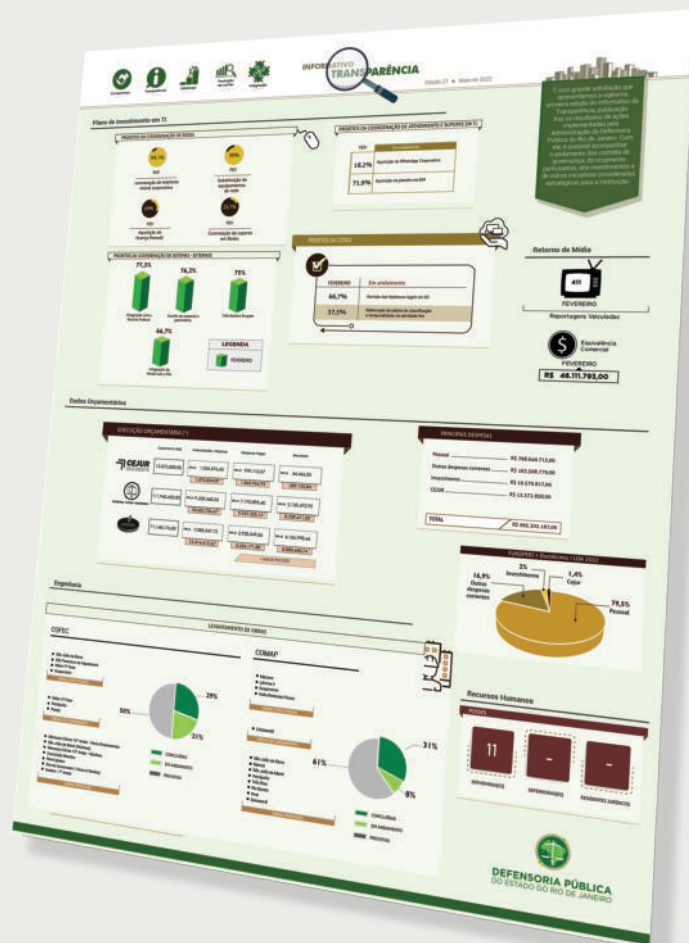
Em 28 edições, o Boletim da Transparência contribuiu para o monitoramento de projetos importantes, como a implantação do e-mail corporativo, sistemas jurídicos como as calculadoras Nuspen e Cível, assim como o avanço das obras e reformas de sedes da Defensoria Pública em todo o Estado.

VERDE EM DADOS

No início da gestão, a Administração Superior criou a campanha Verde em Dados. Veiculada internamente, a iniciativa mostrava os efeitos da expansão do Sistema Verde junto aos órgãos de atuação, ao divulgar informações relativas às intimações, casos criados, ações distribuídas, documentos digitais emitidos, cotas e petições intercorrentes emitidas por meio da plataforma.

O projeto Verde em Dados, no entanto, é mais amplo. Com os dados relativos aos atendimentos reunidos em um único lugar, a Defensoria Pública passou a produzir estatística praticamente em tempo real sobre sua atuação. Essas informações são exibidas por meio de painéis.

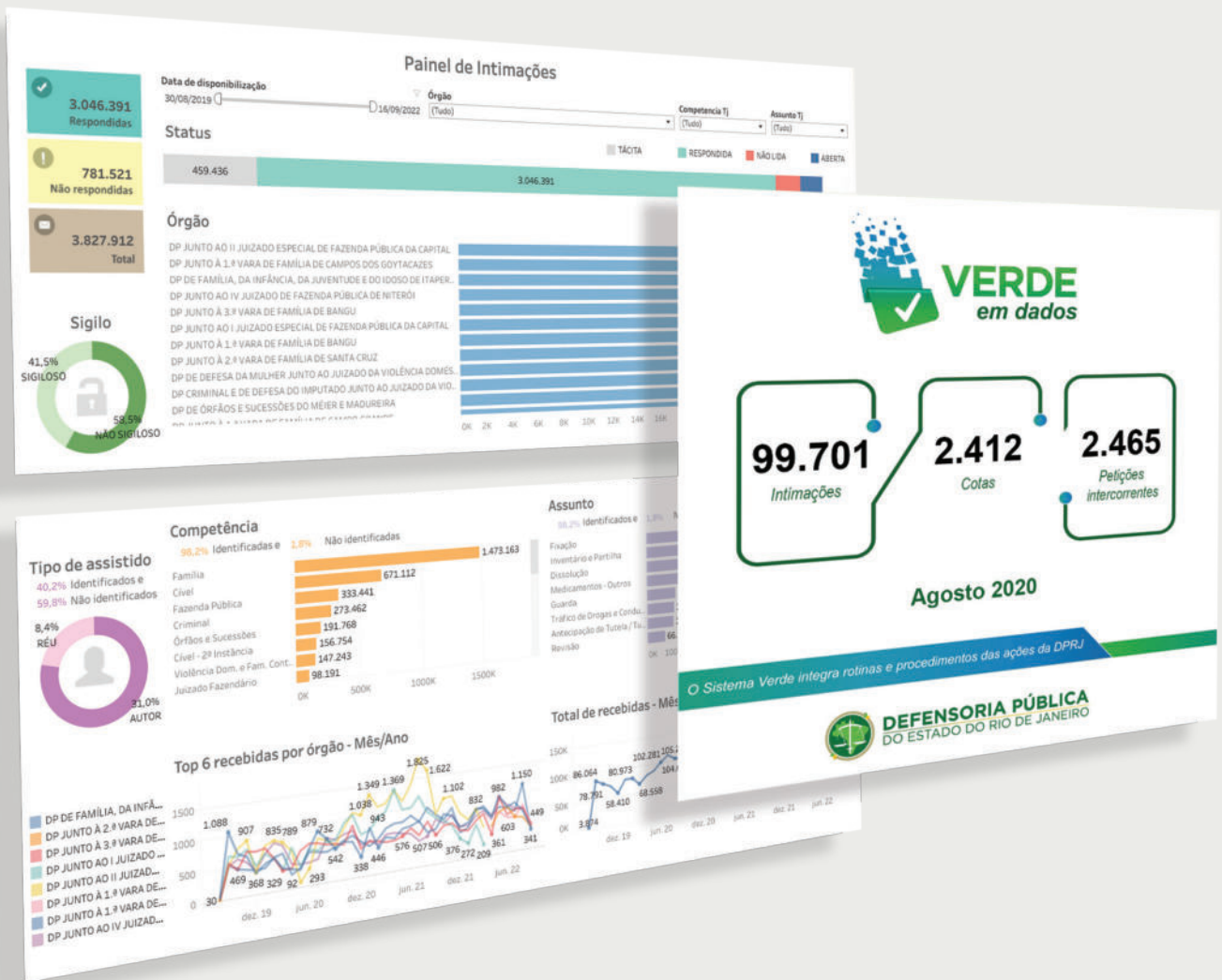
O trabalho começou em 2019, com a disponibilização de quatro painéis: "Agendamento Visão Órgão", "Análise de Frequência dos Agen-



dados", "Atendimento no Interior de Unidades Prisionais" e "Petições Iniciais Distribuídas pelo Verde".

Em 2020, o Verde em Dados ganhou os painéis "Produtividade Ocorrência", "Produtividade Agendamentos" e "Produtividade Informação", alimentados pela Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC). Também foram incorporados ao sistema as telas "Encaminhamentos de Urgência Gerados a partir de Ocorrências", "Ocorrência Visão Órgão", "Encaminhamento de Urgência Gerados a partir de Agendamentos", "Análise de Frequência dos Agendados" e "Agendamentos Visão Órgão".

Hoje são 26 painéis disponíveis sobre os mais diversos temas, divididos por grupos. Por exemplo: APP, CRC, FINANCEIRO, NUDAC, NUSPEN, RH, VERDE, que foram construídos



após reuniões com grupos de trabalho específicos de cada área, após planejamento, desenho de requisitos, prototipação, homologação e testes.

Desta forma, hoje é possível consultar informações relativas ao “Perfil do Assistido”, “Perfil dos Colaboradores da Defensoria”, “Litígios Distribuídos por Pessoa Jurídica” e até mesmo o “Comparativo de Receita e Despesa”.

Destacam-se também os painéis “Violência Estatal”, que analisa os dados levantados nas ocorrências de violência nas prisões em flagrante para auxiliar o controle da violência estatal; e “Violação de Direitos e Garantias”, que identifica as ilegalidades e as relaciona com os resultados de audiências, processos e casos.

Os painéis estão disponíveis em uma aba do Sistema Verde e são atualizados diariamente. Duas telas também estão disponíveis no site da Defensoria Pública (“Intimações” e “Petições Iniciais Distribuídas”) e são atualizadas mensalmente.

Com mais de 1000 órgãos de atuação utilizando o Verde, agora se tornou possível a produção de estatística segura sobre o trabalho realizado pela DPRJ, o que levou o Defensor Público-Geral e da Corregedoria a editarem aviso conjunto dispensando os núcleos de primeiro atendimento que usam o sistema a de apresentarem relatórios sobre sua atuação.

AGENDA PÚBLICA

Outra importante medida de transparência foi a divulgação da agenda com os compromissos institucionais do defensor público-geral no site da Defensoria. A medida visa atender as diretrizes relacionadas à transparência dos compromissos institucionais dos gestores públicos, assim como servir de meio de monitoramento e controle social.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Inaugurado em abril de 2018, o Portal da Transparência da DPRJ experimentou acréscimos pontuais ao longo dos últimos quatro anos em relação à oferta de transparência ativa das informações compartilhadas periodicamente.

A maior parcela das alterações atende às recomendações realizadas pelo Controle Interno da instituição e visa ao aperfeiçoamento do sistema de transparência pública da DPRJ, em colaboração com os setores responsáveis pela disponibilização das informações.

No site, é possível encontrar informações atualizadas sobre a execução orçamentária e financeira, as licitações, os contratos, os convênios, a gestão de pessoas, os gastos com pessoal, o número de pessoas que integram a instituição, as prestações de contas, as demonstrações contábeis, as legislações orçamentárias e o Fundo Especial da Defensoria Pública (Fundperj).

Entre as informações acrescentadas nesta gestão, destacam-se diárias e traslados de defensores, empenhos e pagamentos por favorecidos, processos administrativos de responsabilização e dispensa eletrônica.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Início | A Defensoria | Transparência | Concursos | Perguntas Frequentes | Acesso à Informação | Agenda do Defensor Público-Geral

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

SABA COMO A DEFENSORIA PÚBLICA. APLICA OS RECURSOS PÚBLICOS.

Informação ao alcance de todos

O principal objetivo do Portal da Transparência é ser um instrumento de participação do cidadão na gestão e do controle social das políticas públicas e dos recursos investidos pela instituição.

Compromissada com a garantia constitucional do acesso à informação, regulamentada pela Lei nº 12.527/2011 e pela Lei Complementar nº 101/2000, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, instituição plural e integrativa, coloca à disposição da sociedade, por exemplo, informações de interesse coletivo e geral referentes à gestão orçamentária e financeira; contratações públicas e aos colaboradores que fazem desta Casa da Cidadania um relevante canal de acesso à justiça disponível à população mais vulnerável de nosso Estado.

Lembramos, ainda, caro (a) usuário (a), que o Portal da Transparência da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é periodicamente atualizado, nos termos da Resolução DPOERJ Nº 947/2018, e permanentemente sujeito a correções e melhorias contínuas.

DADOS DA TRANSPARÊNCIA

Execução Orçamentária e Financeira

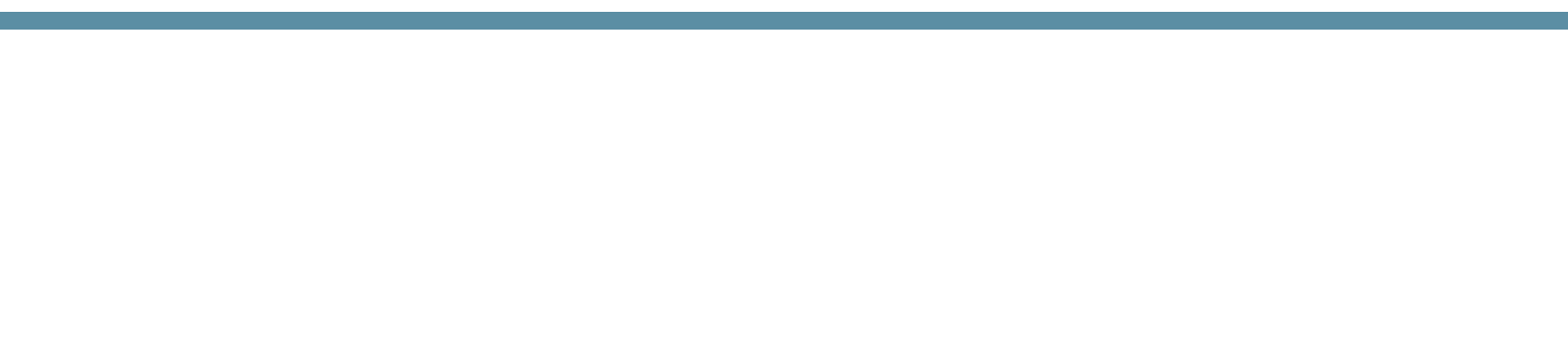
- » Demonstrativo de Receita
- » Diárias e Traslados (Defensor)
- » Repasses Previdenciários
- » Empenhos e Pagamentos por Favorecido
- » Execução Orçamentária
- » Passagens Aéreas
- » Adiantamentos
- » Legislações Orçamentárias
- » Diárias e Traslados (Servidor)
- » Telefonia e Internet Móvel
- » Gestão Fiscal

Licitações, Contratos e Convênios

- » Licitações
- » Ata de Registro de Preços
- » Processos Adm de Responsabilização - PAR
- » Contratos
- » Convênios
- » Dispensa Eletrônica
- » Despesas com Imóveis
- » Dispensas de licitação relacionadas à COVID-19

Gestão de Pessoas

- » Servidores Ativos
- » Antiquidade - Defensores
- » Residentes Jurídicos
- » Créditos à Defensoria
- » Servidores Inativos
- » Antiquidade - Servidores
- » Mapa de Movimentação - Defensores
- » Créditos Pela Defensoria
- » Quadro de Cargos Vagos e Ocupados
- » Estagiários
- » Estrutura Remuneratória



capítulo #07

ATUAÇÃO



capítulo #07 ATUAÇÃO

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA: PAPEL DAS PESQUISAS NAS POSTULAÇÕES DA DPRJ

A Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça produziu importantes estudos sobre a atuação da Defensoria Pública para garantir os direitos de seus assistidos. Esses dados foram fundamentais para o desempenho da instituição na esfera judicial, pois possibilitou às defensoras e aos defensores a utilização de técnicas de litigância estratégica. Mas não foi só isso. As pesquisas foram destaque em diversas mídias, levando a sociedade a refletir sobre temas emblemáticos.

Com relação à atuação da DPRJ, destacam-se os relatórios sobre Reconhecimento Fotográfico, de 2021, problema crônico do sistema de justiça criminal e, responsável por inúmeras

prisões injustas. A partir da divulgação desses dados, em agosto de 2021 foi publicada a Portaria 209, do Conselho Nacional de Justiça, destinada à realização de estudos e elaboração de propostas de regulamentação de diretrizes e procedimentos para o reconhecimento pessoal em processos criminais e a aplicação no âmbito do Poder Judiciário. Dessa forma, foi criado o Grupo de Trabalho com representantes do sistema de justiça para desenvolver boas práticas a serem implementadas no reconhecimento de pessoas. Em agosto de 2022, o GT desenvolveu um anteprojeto de lei com diretrizes para modificação do Código de Processo Penal, o que resultará em uma mudança na legislação, contribuindo para minimizar os erros judiciais.





Destaca-se também o levantamento realizado quando o Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura da Defensoria Pública completou um ano, em 2019. A compilação das denúncias recebidas resultou num relatório com 931 denúncias de tratamentos desumanos praticados contra pessoas presas ao longo de 10 meses. Os dados foram divulgados durante o Seminário Pelo Fim da Tortura e apontaram um perfil comum das vítimas no sistema penitenciário brasileiro: homens, negros e com ensino fundamental incompleto.

O Protocolo foi desenvolvido, também, a partir da atuação da Defensoria num caso de tortura, de grande repercussão, durante uma operação

militar, em agosto de 2018. Dez jovens detidos no Complexo da Penha acusaram os agentes de tortura dentro da unidade militar, num local chamado de “Sala Vermelha”. O caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em pedido de Habeas Corpus (HC) da Defensoria que requereu, em virtude das circunstâncias de tortura, que os jovens aguardassem em liberdade até o trânsito em julgado da sentença.

Mais tarde, em setembro de 2022, a Defensoria conseguiu um HC histórico para absolver um homem condenado pelo crime de porte de arma de fogo. O entendimento foi de que, se a prova do crime foi obtida por meio de atitude violenta do policial durante o flagrante, se o testemunho do agente que praticou as agressões é o único meio de prova, a condenação do réu torna-se inviável.

Ainda dentro dessa temática de violência prisional, a audiência de custódia também gerou importantes relatórios, que buscam identificar o perfil dos réus atendidos. Uma pesquisa de 2019 mostra que uma em cada quatro mulheres que passaram pela Central de Audiência de Custódia de Benfica, na Zona Norte, é mantida presa no Rio sem necessidade, mesmo cumprindo todos os requisitos para obtenção da liberdade provisória ou da prisão domiciliar. O evento de apresentação dos resultados dessa pesquisa contou com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.



Lançamento do Relatório sobre Audiências de Custódia - 2019



Outros dados analisados, de agosto de 2020 (quando as audiências de custódia voltaram a ser realizadas, após suspensão pela pandemia) a dezembro do mesmo ano, mostram que 30% das pessoas presas em flagrante sofreram algum tipo de agressão. Em Benfica, no município do Rio, onde ocorreu a grande maioria das audiências de custódia nos cinco meses analisados, 65% das prisões em flagrante foram convertidas em prisão preventiva ou domiciliar. A lei prevê que, pelo direito à presunção de inocência, a prisão antes da sentença deve ser excepcional. Mas, na prática, os dados mostram que ela é extremamente comum: e a prisão antes da sentença funciona como uma punição pela acusação, sem que se saiba se a pessoa é realmente culpada ou não.

Outra pesquisa importante foi o levantamento sobre os inquéritos de crimes de homicídio contra crianças e adolescentes. O relatório reuniu quase 10 mil inquéritos que tramitam nas delegacias de polícia do Estado do Rio de Janeiro, desde o ano 2000, sem qualquer conclusão. A pesquisa analisou dados da Secretaria de Polícia Civil e do Instituto de Segurança Pública, de forma comparativa. De 9.542 casos de homicídios de pessoas de 0 a 17 anos cujas investigações estão em aberto, 79,5% são crimes dolosos e 20,5% culposos.

A ideia da obtenção desses dados foi dar luz à discussão do tema, que é foco da Lei 9.180 de

2021, conhecida como Lei Ágatha Félix. Ágatha era uma menina de 8 anos, que foi assassinada por um tiro de fuzil durante uma operação policial, no Complexo do Alemão, em 2019. A lei dispõe, dentre outras coisas, sobre a prioridade de investigação nos crimes cometidos contra crianças e adolescentes que tenham resultado em morte. A Defensoria acompanhou o caso e sugeriu a criação da lei em uma audiência pública. Mais tarde, a votação do projeto chegou a ficar suspensa na pauta da Alerj por um tempo, mas a Defensoria reforçou o pedido, emitindo nota técnica de apoio ao projeto de lei, aprovado em 12 de janeiro de 2021.

GRANDES CASOS

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro atuou em grandes casos nesses últimos quatro anos, inclusive em campanhas de repercussão nacional. Como na campanha "Pacote Anticrime: uma solução Fake", iniciada em fevereiro de 2019, que reuniu Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e as Defensorias Públicas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo em torno de uma carta, apoiada por mais 25 organizações e lançada em resposta à divulgação dos Projetos de Lei 882 e 1.864 de 2019 (popularmente chamado de pacote "anticrime"), em tramitação na Câmara e no Senado.

LANÇAMENTO DO RELATÓRIO SOBRE
**O PERFIL DAS PESSOAS
APRESENTADAS EM
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA
APÓS A RETOMADA
PRESENCIAL**

**dia 9 de DEZEMBRO
de 18h às 19h30**

TRANSMISSÃO NO
YOUTUBE DA DPRJ

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenação do Núcleo
de Audiências de Custódia

CEJUR

Fesudeperj



No documento, 11 propostas foram elaboradas, rebatendo pontos previstos no projeto apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Essa iniciativa culminou na campanha, com o intuito de chamar atenção para as consequências negativas do pacote. As propostas previam uma série de medidas inconstitucionais, que poderiam dificultar o exercício de direitos básicos como a presunção de inocência e o direito ao devido processo legal, bem como o pedido pela flexibilização das regras para o porte de arma de fogo. A campanha contou com o apoio de mais de 70 entidades em todo o país.

Outros casos de grande impacto na sociedade que contaram com a atuação da Defensoria foram o trágico incêndio do Ninho do Urubu e as fortes chuvas de Petrópolis, com estragos sem precedentes.

O primeiro caso aconteceu no dia 8 de fevereiro de 2019, no Centro de Treinamento do Ninho do Urubu, e resultou na morte de dez jovens atletas, com idades entre 14 e 16 anos, da categoria de base do Flamengo. Logo após o incêndio, a DPRJ liderou uma força tarefa, composta pelo MPRJ e o Ministério Público do Trabalho, para negociar o pagamento da reparação por danos morais aos familiares das vítimas. A Defensoria ainda garantiu que, enquanto o processo de responsabilização do clube não fosse encerrado, as famílias das vítimas receberiam uma pensão mensal de

10 mil reais. O valor foi alvo de recurso por parte do Flamengo algumas vezes, mas apesar das contestações, a Justiça manteve a pensão.

O segundo grande caso citado aconteceu no mês de fevereiro de 2022, marcado na vida dos moradores de Petrópolis como período de intensa chuva, que resultou em uma maiores tragédias da cidade. Mais de 234 pessoas morreram e 3 foram consideradas como desaparecidas. Na ocasião, uma equipe da Defensoria se instalou no Instituto Médico Legal da região com o objetivo de garantir agilidade no reconhecimento e respeito às vítimas e familiares. Também foram realizadas mais de dez ações sociais na cidade para oferecimento de assistência jurídica, recolhimento de doações para os moradores, bem como para garantia de que a população afetada receberia os devidos benefícios.

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, em parceria com a Ouvidoria Externa, também tiveram uma forte atuação nas favelas no (Fallet, Jacarezinho e Complexo do Alemão) em que ocorreram as maiores chacinas dos últimos anos. Ao lado dos moradores e familiares das vítimas fatais, as defensoras e defensores percorreram os locais das execuções, escutando as demandas da população desses territórios acometidos pela violência de Estado, orientando as pessoas, indicando formas de proteção às testemunhas e garantindo assistência jurídica desde o primeiro instante.



Coletiva de imprensa sobre o caso Ninho do Urubu



Ação Social DPRJ



OUVIDORIA EXTERNA

A Ouvidoria Externa teve um desempenho muito importante junto aos territórios, a fim de ouvir a população, trazer as demandas para a Defensoria Pública e, assim, garantir direitos.

Em meados de 2020, no auge da pandemia da Covid-19, a Ouvidoria atuou diretamente, com a ajuda dos movimentos sociais, para a garantia do cartão alimentação estudantil em favor dos alunos cujas escolas permaneceram fechadas, funcionando em sistema de rodízio, e também dos estudantes com comorbidades que os impossibilitassem de comparecer à unidade de ensino. A medida garantiu a alimentação de mais de 1 milhão de crianças em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Também durante a pandemia da Covid-19, considerada uma das maiores crises sanitárias da história, muito se falava sobre a importância de lavar as mãos e higienizar os alimentos. No entanto, para os moradores das comunidades e periferias cariocas, o acesso à água ainda é algo restrito.

Só no ano de 2020, a Ouvidoria Externa mapeou mais de 500 lugares sem acesso à água no Estado do Rio de Janeiro. Essa dura realidade pôde ser revertida por meio de uma decisão judicial histórica em que a Defensoria conquistou a obrigatoriedade do Estado em fornecer água à população independente do pagamento.

Em dezembro de 2021, em uma quadra na comunidade do Jacarezinho, repleta de lideranças populares e comunitárias, defensores(as) públicos(as), servidores(as) e moradores (as), o ouvidor-geral Guilherme Pimentel assinou o termo de posse para mais um mandato à frente da Ouvidoria Externa. Em meio a muita emoção, na primeira posse popular do cargo, Pimentel reforçou que o seu maior desafio é construir o acesso à justiça para além do judiciário, ao lado dos mais injustiçados.



ATUAÇÃO ESTRATÉGICA POR MEIO DAS COORDENAÇÕES E DE SEUS NÚCLEOS

Por desempenhar amplo papel em defesa dos direitos, a Defensoria atua por meio de núcleos especializados, que realizam o atendimento em temas específicos.

Nudedh

O Núcleo de Direitos Humanos (Nudedh) tem como foco situações de violação de direitos básicos. Participou de casos emblemáticos nesses últimos quatro anos. Em 2019, o Núcleo passou a atuar formalmente na assistência jurídica à família da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Desde o início das investigações sobre o crime, a Defensoria já vinha prestando apoio aos familiares. Outro caso impactante foi o do jovem João Pedro Matos Pinto, de 14 anos, baleado dentro de casa com um tiro de fuzil, durante operação conjunta das polícias Civil e Federal no Complexo do Salgueiro, em 18 de maio de 2020. Com a atuação do Nudedh, o Estado do Rio de Janeiro foi condenado a pagar uma pensão indenizatória à família. Cobrou-se fortemente investigações para esclarecimento das circunstâncias da morte de João Pedro, denunciando a conduta dos agentes que participaram da operação.

Nudem

O Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem) tem como objetivo garantir o acesso aos serviços da DPRJ, em sede judicial e extrajudicial, e à

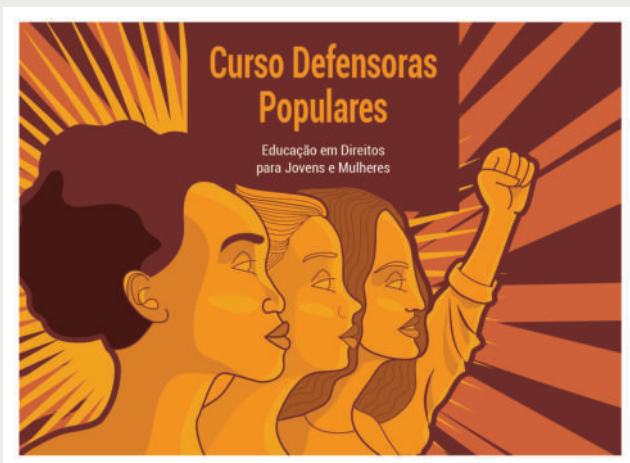
ampla defesa das mulheres vítimas de toda e qualquer violência de gênero. Ao longo da última gestão, o núcleo trabalhou em várias frentes para garantir os direitos de todas as mulheres. Tais como: educação em direitos sobre violência contra a mulher; criação de grupos de trabalho para monitoramento das políticas institucionais na perspectiva de gênero; e assistência qualificada às vítimas nos crimes de feminicídio. Além disso, o Nudem também realiza diversos cursos junto à população como o “Defensoras Populares”. Outro ponto de destaque foi a implementação do atendimento presencial na comunidade da Maré, exclusivo para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, em parceria com a Redes Maré.

Nudecon

O Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) trabalha para garantir os direitos de todos(as) os(as) consumidores(as). Durante os últimos quatro anos, o Núcleo se destacou em diversos momentos, como na crise hídrica em 2020, quando assegurou a indenização e o abastecimento para centenas de moradores(as) de todo Estado. Na pandemia da Covid-19, o Nudecon também trabalhou para a não suspensão de serviços básicos, como luz e água para as pessoas que não estavam conseguindo pagar as contas durante o período. Além disso, também interveio com pedido de desconto imediato, de 30% sobre o valor das mensalidades cobradas pelas universidades privadas, desde março até o fim do isolamento social.

Coordenação Cível

A Coordenação Cível abriga principalmente o direito de família e a conciliação extrajudicial. Foram celebrados diversos convênios destinados a aprimorar a atividade-fim dos defensores, entre os quais se destacam: convênio com o Tribunal de Justiça, a Procuradoria Geral do Estado e o Detran-RJ, que viabiliza a solução extrajudicial de conflitos envolvendo a Administração Pública Estadual; o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), que permite a obtenção de cópia dos atos constitutivos e posteriores alterações das sociedades empresárias sediadas no Rio de Janeiro; convênio de acesso à Central



de Informações do Registro Civil (CRC-JUD) e à busca de registros de nascimentos, casamentos e óbitos, bem como a solicitação das respectivas certidões de forma gratuita.

Outras atuações extrajudiciais importantes: no caso Itaguaí, em que um procedimento foi instaurado a fim de garantir os direitos fundamentais das famílias removidas compulsoriamente na reintegração de posse da Fazenda Figueiras, no Município de Itaguaí; e no caso TKCSA, um apoio técnico que rendeu ações indenizatórias por conta de prejuízos causados pela poluição da empresa.

Os setores de apoio técnico servem para dar suporte em outras áreas de conhecimento que não a jurídica. Anteriormente, a Coordenação Cível contava com três setores técnicos: a Engenharia Legal, Cálculos e DNA. A ampliação começou em 2021, com o Núcleo de Imposto de Transmissão (NIT), que auxilia na inscrição eletrônica do ITD junto à SEFAZ. Hoje o NIT já atende todos os órgãos de atuação em matéria orfanológica do estado. Possui uma média mensal de 120 novos processos e 300 dúvidas e questionamentos por e-mail e sistema Verde. Em março de 2022, foram inaugurados os Núcleos de Assessoria Médica (NUAM) e de Assessoria Odontológica (NUODONTO), responsáveis por apoiar defensoras e defensores em busca de reparação civil em casos de erros médico e odontológico.

Desenvolvido em 2022, outro projeto inovador foi a Calculadora Jurídica. Um mês após o lançamento, auxiliou mais de 1.200 processos da instituição. Customizada especialmente para a atuação da DPRJ, a calculadora foi inspirada nas planilhas de cálculo e de execução de alimentos. Essa é a primeira fase do projeto e que contempla os cálculos cíveis (já utilizados em 175 processos), de alimentos (957 processos) e de honorários (130 processos).

Nucora

A Defensoria do Rio também avançou no combate ao racismo e à intolerância religiosa no Estado do Rio de Janeiro, ao aprovar, no final de 2022, as atribuições do Núcleo de Combate ao Racismo e à Discriminação Étnico-Racial (Nucora), existente há oito anos. O Nucora destina-se ao atendimento da população negra, indígena, quilombolas, povos de terreiro e outras comunidades tradicionais de matriz africana, além de outros grupos vítimas de discriminação em razão de raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, nos limites territoriais da capital e da Baixada Fluminense. A medida foi uma importante conquista para a população negra de todo o Estado. A pauta da equidade racial é urgente e tem como um dos pilares o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial, que são graves violações de direitos humanos.

Cartão de lançamento e capacitação sobre a Calculadora Jurídica. O design apresenta uma calculadora em tons de verde e azul. O texto principal indica o evento em 12 de agosto às 10h. A lista de participantes inclui: Rodrigo Pacheco (Defensor Público-Geral), Paloma Lamego (Sub-Defensora Pública-Geral Institucional), Patrícia Cardoso (Coordenadora Cível), Marlon Vinicius de Souza Barcellos (Secretário da Tecnologia da Informação e Comunicação), Cintia Guedes (Defensora Pública da 4ª Vara Cível de Jacarepaguá) e Natalia Barroso (Defensora Pública da 2ª Vara de Família de Jacarepaguá). Logos de parceiros como DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COCIV, CEJUR e Fesudeperj são exibidos na base.

Cartão de campanha nacional da ANADEP. O tema é "Defensoria em Ação nos QUILOMBOS". O evento ocorrerá em 17 de setembro, das 9h às 16h, no Quilombo Maria Conga. O slogan é "ONDE HÁ DEFENSORIA, HÁ JUSTIÇA E CIDADANIA". O local é a Creche Municipal Tawan Pires dos Santos, Rua Rio das Flores, s/n Vila Nova | Magé - RJ. Logos de parceiros como DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COOPERA, COSAU, ANADEP, OLIVEIRA, ADPERI e PIAU são exibidos na base.



Comepe

A Coordenação de Mediação (Comepe) realizou cursos, capacitações e encontros temáticos a fim de discutir as estratégias dos meios extrajudiciais de solução de conflitos e cultura do diálogo. Um dos destaques da coordenação foi o Projeto “Minha Origem, Nossa História”. Com foco em atuação estratégica em casos de investigação de paternidade que associa a entrega humanizada dos resultados dos exames de DNA, realizados pela Defensoria Pública, e à educação em direitos sobre parentalidade responsável. Ao todo, foram realizadas mais de 40 oficinas, que construíram famílias e estreitaram os laços do diálogo.

Coinfância

A política institucional da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Coinfância) elegeu como prioridade o fomento de políticas públicas voltadas para a primeira infância e para a implementação de programas de acolhimento familiar. Nos últimos anos, a Coinfância, juntamente com a Coordenadoria de Saúde (Cosau), coordena um grupo de trabalho para minimizar o quadro de insegurança alimentar que assola o Estado, comprometendo a saúde e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Durante a pandemia, por meio da atuação judicial, foi possível garantir a recarga do cartão alimentação aos alunos que ficaram impossibilitados de ir às escolas presencialmente. O direito chegou a ficar suspenso, mas foi reconquistado na justiça. Teve, também, uma forte atuação no âmbito socioeducativo, para garantir o cumprimento de medidas nas instituições do DEGASE, como o projeto “Janeira de Oportunidades”. Com o objetivo de garan-

tir uma educação de qualidade para 80 adolescentes, de 12 a 18 anos, em cumprimento de medidas socioeducativas, foi firmado um acordo de cooperação com o Instituto Alicerce para criação de um polo educacional na cidade de São João de Meriti.

Cocrim

A Coordenação de Defesa Criminal (Cocrim) teve uma atuação fundamental, voltada para a promoção dos direitos humanos dos(as) assistidos(as), enquanto réus em processos penais, além de garantir, no âmbito do tribunal do júri, sobretudo a plenitude de defesa. Destaca-se especialmente a divulgação de casos recorrentes de prisões injustas por conta de erros no reconhecimento fotográfico, o que evidenciou o racismo estrutural da prática.

Em relação à investigação defensiva, foi criada a Central de Prejuízos, que realiza sobretudo, o esclarecimento de alvarás de soltura que não eram cumpridos por motivos diversos. Com a Central, foi possível corrigir casos de prisão irregular, além de estimular outros órgãos públicos na checagem dessas informações. Posteriormente, foi criada a Assessoria de Pesquisa Criminal, que continua trabalhando com os prejuízos, mas incluiu a consulta de cadastros acessados pela Defensoria, possibilitando a democratização de informações e melhorias na atuação dos(as) defensores(as).

Nudiversis

Em meio à luta pela defesa e direitos da população LGBTQIA+ no Estado do Rio de Janeiro, o Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (Nudiversis) trabalhou em diversas frentes para auxiliar no combate ao preconceito e na inclusão desta população. Uma dessas atuações foi o convênio firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de qualificar pessoas trans e travestis para o ingresso no mercado de trabalho formal. Além disso, em uma conquista histórica para a comunidade LGBTQIA+, o Núcleo conseguiu que o Detran-RJ incluísse o gênero não-binário na identificação do sexo para a emissão da carteira de identidade.



capítulo #08

DEFENSORIA MAIS PRÓXIMA



capítulo #08

DEFENSORIA MAIS PRÓXIMA

Fornecer assistência jurídica integral e gratuita às pessoas vulneráveis, nas esferas judicial e extrajudicial, para que possam exercer de forma plena seus direitos. Essa é a missão que a Constituição Federal de 1988 designou à Defensoria Pública, e que a instituição no Rio de Janeiro buscou cumprir à risca no período de 2019 a 2022.

Em seus dois mandatos, a Administração Superior trabalhou para ampliar as portas de acesso aos serviços da DPRJ. Além do número de utilidade pública 129 e do atendimento online, por meio de um formulário disponível no site, os usuários ganharam, com o lançamento do aplicativo Defensoria RJ, mais um canal para buscar informações ou agendar um atendimento presencial em um dos núcleos da instituição.

No período, também foram desenvolvidos diversos projetos institucionais que tinham por objetivo levar orientação e assistência jurídica aos territórios com escassez desses serviços, assim como a públicos em situação de extrema vulnerabilidade. Destacam-se, ainda, as iniciativas voltadas à educação em direitos a fim de empoderar a população para agir diante das violações de direitos.

A Ouvidoria externa também cumpriu um importante papel nessa missão de aproximar a Defensoria Pública e a sociedade, bem como a Comunicação da DPRJ, por meio de iniciativas essenciais para informar às pessoas sobre o exercício da cidadania e o trabalho realizado pela instituição.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

A Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) é a principal porta de entrada dos usuários em relação aos serviços prestados pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. O órgão é responsável por recepcionar a população, tirar dúvidas, prestar informações sobre o andamento processual e realizar o agendamento dos atendimentos presenciais nos diversos órgãos da Instituição.

Na pandemia, quando o atendimento foi restringido em razão das medidas de combate à Covid-19, a atuação da CRC foi essencial para manter a assistência jurídica oferecida para a população, principalmente em razão do sistema de marcação dos atendimentos. Isso contribuiu para o controle do fluxo de pessoas em trânsito nas sedes operacionais da DPRJ, em observância às regras de distanciamento social.

Durante a crise sanitária, a Central de Relacionamento com o Cidadão deu continuidade ao projeto de expansão do serviço de agendamentos para todos os órgãos de atuação da DPRJ. Em 2020, o agendamento dos atendimentos das pessoas assistidas foi ampliado em mais 28 unidades.

Em 2021, outros 36 órgãos passaram a contar com o pré-agendamento. Em 2022, por sua vez, mais 15 passaram a integrar o serviço. A marcação de um atendimento presencial pode ser solicitada pelo usuário via o aplicativo Defensoria RJ, ou no número de utilidade pública 129 e, ainda, pelo Atendimento Online.

Outro avanço importante: em 2021, o atendimento via 129 foi ampliado para atender 150 ligações simultâneas, pondo fim aos congestionamentos nas linhas.

AGENDAMENTO CRC

	2019	2020	2021	2022	Crescimento no período
Total de Órgãos	31	59	95	110	255%

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

	2019	2020	2021	2022	Crescimento no período
Ligações simultâneas	120	120	150	150	25%

Em 2022, a central telefônica da CRC foi transferida para a nova sede Enedir Adalberto dos Santos, localizada no 15º andar do edifício Menezes Cortes, no centro do Rio de Janeiro. A mudança trouxe melhorias nas condições de trabalho, gerando redução de 19% no número de pedidos de desligamentos de estagiários(os).

NÚMEROS DA CRC

2019	Ligações recebidas: 1.178.964	Atendimento online: 68.671
2020	Ligações recebidas: 2.151.819	Atendimento online: 127.581
2021	Ligações recebidas: 2.495.015	Atendimento online: 137.383
2022 <i>até 28/09/22</i>	Ligações recebidas: 1.768.233	Atendimento online: 101.631

MÉDIA DIÁRIA DE LIGAÇÕES ATENDIDAS PELO 129 DIAS ÚTEIS

2019	2020	2021	2022	Crescimento no período
2.800	1.313	2.262	3.407	22%

APLICATIVO DEFENSORIA RJ

Lançado em outubro de 2020, o aplicativo da Defensoria Pública do Rio trouxe aos usuários a possibilidade de atendimento virtual por meio de um celular. A inovação facilitou a busca por direitos, tanto por parte

de quem tem dificuldades de deslocamento, quanto por parte de pessoas que trabalham e, por isso, não têm disponibilidade para o atendimento presencial.

USÁRIOS APP DEFENSORIA RJ			
	Cadastrados	Atendidos pelo App	Verificados <i>peças com identidade válida</i>
2020 <i>a partir de 15/10</i>	33.704	18.621	21.178
2021	257.163	129.431	165.031
2022	228.243	117.746	143.452
Total	519.110	265.798	329.661



Órgãos que mais atuaram via App

ENCAMINHAMENTOS DE URGÊNCIA

- 1º - DP junto ao Plantão Noturno
- 2º - Núcleo de Primeiro Atendimento Cível de Nova Friburgo
- 3º - Núcleo de Primeiro Atendimento Cível de Petrópolis

AGENDAMENTOS VIA APP

- 1º - Núcleo de Primeiro Atendimento de Família de Campo Grande
- 2º - Núcleo de Primeiro Atendimento de Família de Bangu
- 3º - Núcleo de Primeiro Atendimento de Família de Duque de Caxias

TOTAL DE ATENDIMENTOS VIA APP

- 1º Núcleo de Primeiro Atendimento de Família de Bangu
- 2º- Núcleo de Primeiro Atendimento Cível de Nova Iguaçu
- 3º - Núcleo de Primeiro Atendimento de Família de Anchieta

OUVIDORIA

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro participa de forma efetiva da gestão e atua como importante canal de acesso para a população que busca os serviços oferecidos pela instituição. A função de ouvidor(a) é, desde 2016, exercida por um(a) representante escolhido(a) pelo Conselho Superior da DPRJ, dentre os(as) indicados(as) pela sociedade civil, em uma lista tríplice. O órgão é um instrumento essencial para a promoção da cidadania, principalmente nos territórios conflagrados e vulneráveis.

De 2019 a 2022, a Ouvidoria reformulou seus indicadores de forma a reunir informações sobre: os meios de comunicação da Defensoria com os usuários que registram suas solicitações, as etapas do atendimento das reclamações, a área do direito demandado pela pessoa usuária, além de dados sobre o órgão elogiado ou reclamado e o perfil de quem registra uma solicitação na Ouvidoria.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS FOCAM EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS

De 2019 a 2022, os programas institucionais ganharam força na Defensoria Pública, por meio de uma coordenação responsável por promover ações nesta área. Destacam-se, neste período, as iniciativas de capacitação dos movimentos sociais e das (os) prestadoras(es) de serviços essenciais às pessoas vulneráveis, assim como a presença da Defensoria nas comunidades, oferecendo assistência jurídica nos locais mais remotos.



Essa nova produção de indicadores tem revelado o seguinte: quase 90% dos registros são demandas de apoio da Ouvidoria na comunicação entre as pessoas usuárias e os órgãos da instituição, sendo mais de 20% em situações de emergência.

O atendimento de situações de urgência foi outra inovação feita nos últimos anos, já que até 2020 o sistema da Ouvidoria não contava com essa triagem. A mudança aumentou significativamente a eficácia do apoio prestado pelo órgão às pessoas usuárias com problemas de acesso aos serviços da instituição. Outro dado revelado pelos novos indicadores da Ouvidoria foi a concentração de reclamações em casos de família.

Atendimentos da Ouvidoria Externa:	
2019	13.900
2020	8.108
2021	11.021
2022	11.739

Projetos novos (implementados a partir de 2019)

- **Defensoria em Ação nas Favelas e nos Territórios:** 73 ações e 5.204 pessoas atendidas
- **Diálogo Cidadão** 3 edições: 102 policiais e bombeiros formados
- **Minha Origem, Nossa História:** 35 oficinas e 355 atendimentos
- **Defensoria Pública em Ação com Polícia Militar e Corpo de Bombeiros:** 10 ações e 348 policiais e bombeiros atendidos





- **Curso Redes de Direitos:** 1 curso e 21 alunas(os) formados
- **Curso de Formação Defensores da Juventude:** 1 curso e 12 adolescentes formadas(os)
- **Inclusão, Esse é o Ponto!** - Projeto de sensibilização de motoristas de ônibus para lidar com pessoas com transtornos mentais, com deficiência e idosos: 3 ações e 150 motoristas capacitadas(os)

Projetos continuados

- **Defensoria e seu Papel na Educação:** 5 encontros e 197 pessoas beneficiados
- **Defensoria Pública nas Ilhas:** 7 ações e 1.739 pessoas atendidas
- **Curso de Formação de Defensores da Paz:** 3 cursos e 111 alunas(os) formadas(os)
- **Curso de Formação de Defensoras Populares:** 3 cursos e 142 alunas formadas
- **Mutirão Vaga em Creche:** 5 atendimentos e 1.144 pessoas atendidas



COMUNICAÇÃO

A promoção dos direitos não ocorre apenas no ambiente jurídico. A Comunicação cumpre um importante e necessário papel nesta missão, ao traduzir o que estabelece a legislação para uma linguagem de fácil compreensão. São muitos os instrumentos utilizados para atingir esse propósito, e a Diretoria de Comunicação da Defensoria Pública, com o apoio da Administração Superior, investiu nos principais deles.

Podcast Acesso à Justiça

Lançado em abril de 2019, o podcast Acesso à Justiça traz informações sobre os grandes casos acompanhados pela instituição e também esclarece sobre direitos e garantias legais. Todos os meses, um novo episódio mostra detalhes da atuação da DPRJ, além dos bastidores de casos que impactam diretamente na vida da(o) cidadã(o). No quadriênio da gestão, 24 episódios já foram ao ar.

ACESSO À JUSTIÇA

O PODCAST DA DEFENSORIA DO RJ

O trabalho rendeu frutos. Em 2020, o podcast Acesso à Justiça foi o vencedor da categoria Mídia Radiofônica, do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça daquele ano.

Total de downloads: 40.995

Podcast mais baixado em 2022: Episódio 21 - Sala vermelha: Um caso de tortura, com 829 downloads.



Novo site:

No dia 19 de dezembro de 2022, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro ganhou um novo portal na Internet. Mais intuitivo e de fácil navegação, o site buscou priorizar os serviços oferecidos pela Instituição.

O portal foi elaborado com base em um estudo de diagnóstico que mapeou as páginas mais acessadas na versão anterior. O layout foi pensado de forma a incorporar diversas visões, internas e externas à Defensoria. A reformulação do novo site durou quatro meses.

Redes Sociais:

A Defensoria Pública do Rio chegou ao fim do quadriênio da gestão entre os 3 perfis de instituições do sistema de justiça que mais cresceram nas redes sociais. Em 2022, a DPRJ somou 41.064 seguidores, ficando atrás apenas das Defensorias da União e de São Paulo.

Número de seguidores:

Facebook: **126.258**

Instagram: **52.400**

Twitter: **3.905**

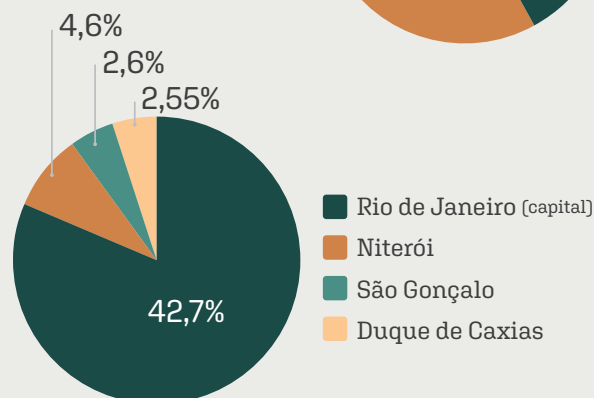
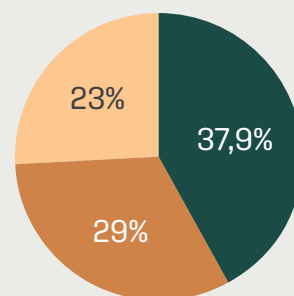
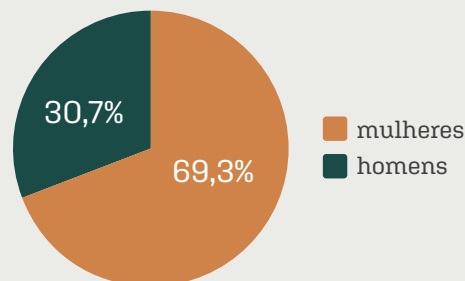
Youtube: **25.200**

Tik Tok: **4.176**

LinkedIn: **14.505**

Total: 226.444

Perfil das(os) seguidoras(es):



Conheça os posts com maior repercussão:



Publicações de maior alcance

Com olhar atento e perspectiva estratégica, a Defensoria do Rio esteve presente em veículos de comunicação de todo o país, se desdobrando em ações que repercutiram em mais de 12 mil notícias nos últimos quatro anos.

Por meio do trabalho da Diretoria de Comunicação, pautas importantes sobre a atuação da DPRJ ganharam notoriedade e mostraram a seriedade da instituição na luta por acesso à justiça e em defesa da população mais vulnerável.

O alto percentual de reportagens positivas, representando quase a totalidade das inserções na mídia, demonstram percepção igualmente positiva da imagem atribuída à instituição.

Dados de inserção na imprensa:

Notícias veiculadas:

Em 2019: **2.704**
Em 2020: **389**
Em 2021: **5.110**
Em 2022: **3835**

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE VEÍCULO:

Jornais online:

Em 2019: **1.146**
Em 2020: **200**
Em 2021: **2.129**
Em 2022: **2050**

Sites:

Em 2019: **676**
Em 2020: **80**
Em 2021: **825**
Em 2022: **2012**

TV:

Em 2019: **423**
Em 2020: **37**
Em 2021: **1.043**
Em 2022: **847**

Rádio:

Em 2019: **139**
Em 2020: **27**
Em 2021: **615**
Em 2022: **554**

Jornais nacionais:

Em 2019: **105**
Em 2020: **24**
Em 2021: **143**
Em 2022: **90**

Jornais regionais:

Em 2019: **70**
Em 2020: **13**
Em 2021: **288**
Em 2022: **291**

Conbrascom

O Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça (Conbrascom) é o principal evento de comunicadores do sistema de justiça e, pela primeira vez, foi realizado em uma Defensoria Pública. Em 2019, a DPRJ foi escolhida para sediar o Conbrascom já no ano seguinte. Com a pandemia, entretanto, o Congresso foi adiado.

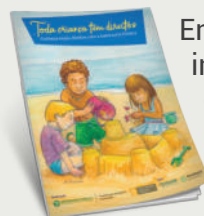
Em 2022, com a flexibilização das medidas de restrição contra a Covid-19, o Conbrascom finalmente desembarcou no Rio. Cerca de 200 profissionais de comunicação do sistema de justiça vieram à cidade participar do evento que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de uma política de comunicação voltada para o esclarecimento da(o) cidadã(o), contribuindo para a democratização das instituições e o acesso à Justiça.

Organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação & Justiça (FNCJ), o evento conta com o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, que tem por finalidade reconhecer os projetos realizados pelas assessorias de comunicação para fomentar o acesso à justiça e direitos, bem como promover a troca de experiências.

Em 2022, o Conbrascom celebrou a 20ª edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça com um recorde de concorrentes: 301 projetos inscritos por diferentes instituições do sistema de justiça de todo o país.

A Defensoria Pública tem uma trajetória de reconhecimento no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.

2019



Em 2019, a instituição foi indicada em duas categorias do Prêmio. A cartilha **Conhecendo os Direitos das Crianças e Adolescentes com a Defensoria Pública**

foi uma das finalistas na categoria **Livreto Especial**.



Já o **Caso Santa Cruz - A Comunicação como instrumento de litigância estratégica**, foi um dos escolhidos na categoria **Relacionamento com a Mídia**.

2020



Em 2020, o podcast **Acesso à Justiça** foi o vencedor da categoria **Mídia Radiofônica**.

2022



Em 2022, a Defensoria do Rio foi indicada ao Prêmio na categoria **Mídia Digital** com o site **Coisa de Jovem**



Conbrascom é realizado na sede da DPRJ, no Centro do Rio



Evento premiou práticas de comunicação no Sistema de Justiça



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO